

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII

FLORIANÓPOLIS, 14 DE MARÇO DE 2008

NÚMERO 5.864

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Silvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente

Marcos Vieira - Vice Presidente

Jean Kuhlmann

Gelson Merísio

Pedro Uczai

Pe. Pedro Baldissera

Narcizo Parisotto

Joares Ponticelli

Herneus de Nadal

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente

Décio Góes - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Serafim Venzon

Manoel Mota

Renato Hinnig

Jean Kuhlmann

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente

Odete de Jesus - Vice Presidente

Darci de Matos

Herneus de Nadal

Jandir Bellini

Jorginho Mello

Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente

Reno Caramori - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Dirceu Dresch

Marcos Vieira

Gelson Merísio

Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Jean Kuhlmann - Presidente

Joares Ponticelli - Vice Presidente

Elizeu Mattos

Dirceu Dresch

José Natal Pereira

Renato Hinnig

Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente

Gelson Merísio - Vice Presidente

Décio Góes

José Natal Pereira

Jandir Bellini

Manoel Mota

Renato Hinnig

Odete de Jesus

Silvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente

Sargento Amauri Soares - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Elizeu Mattos

Kennedy Nunes

Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente

Renato Hinnig - Vice Presidente

Ada de Luca

Elizeu Mattos

Marcos Vieira

Pedro Uczai

Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente

Edson Piriquito - Vice Presidente

Edison Andrino

José Natal Pereira

Cesar Souza Júnior

Reno Caramori

Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente

Jailson Lima da Silva - Vice Presidente

Edson Piriquito

Gelson Merísio

Kennedy Nunes

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Genésio Goulart

Kennedy Nunes

Elizeu Mattos

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Ada de Luca

Manoel Mota

Jorginho Mello

Professor Grandó

Silvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente

Narcizo Parisotto - Vice Presidente

Edison Andrino

Jandir Bellini

Elizeu Mattos

Moacir Sopelsa

Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente

Kennedy Nunes - Vice Presidente

Jailson Lima da Silva

Moacir Sopelsa

Joares Ponticelli

Nilson Gonçalves

Jean Kuhlmann

Romildo Titon

Manoel Mota

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 1876
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 014ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 11/03/2008.....2
Ata da 001ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 11/03/200811

Publicações Diversas

Despacho.....19
Medida Provisória.....19
Projetos de Lei.....19
Portarias.....21

PLENÁRIO

ATA DA 014ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

As 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Edison Andriano - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Flávio Ragagnin - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Odete de Jesus - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grandó - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Registra a presença de vereadores de Irineópolis; comemora investimentos realizados pelo governo estadual na região do planalto norte.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Elogia as ações apresentadas pela secretaria da Saúde na audiência pública realizada na Alesc.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Faz uma panorâmica sobre a passagem do Dia Internacional da Mulher; refere-se a matéria publicada no *Diário Catarinense*.

DEPUTADA ADA DE LUCA (aparte) - Parabeniza a deputada Odete de Jesus por registrar eventos sobre o Dia Internacional da Mulher.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Cumprimenta, em nome das três deputadas, todas as mulheres que integram esta Casa Legislativa.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Registra a presença do prefeito, em exercício, de Pinheiro Preto.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Comunica que a bancada do PT escolheu, para o exercício de 2008, o deputado Pedro Uczai; destaca o trabalho do MAB no estado de Santa Catarina e em outros estados do nosso país.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Agradece a liderança do partido; parabeniza o deputado Pedro Baldissera pelo trabalho que desenvolveu durante seu mandato.

Partidos Políticos

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Apresenta resposta do delegado Regional do Trabalho acerca da confecção de carteira de trabalho na cidade de Joinville; comenta matéria do jornal *O Praça*, referente à Aprasc.

DEPUTADO FLÁVIO RAGAGNIN - Registra as novas instalações da Rádio Aliança; cobra explicações sobre o programa Água de Chuva.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (aparte) - Cumprimenta o deputado Flávio Ragagnin pelo registro dos eventos que orgulham a região do meio-oeste de Santa Catarina.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Aborda o programa Água da Chuva.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Comenta o momento político do partido.

DEPUTADO ROMILDO TITON - Registra que a proibição da venda de bebidas alcoólicas nas rodovias federais prejudica vinícolas do meio-oeste.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Destaca a parceria do governo federal com o governo estadual em novos investimentos; parabeniza o governo de Luiz Henrique da Silveira em busca de novas alternativas e de honrar os seus compromissos.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Comemora assinatura dos convênios do governo do estado com o Sistema Acafe.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (aparte) - Refere-se ao convênio do governo estadual com a Acafe.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Chama a atenção a respeito da situação dos hospitais estaduais.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Aborda a situação dos hospitais estaduais.

Ordem do Dia

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Reporta-se ao PL n. 0355/2007, de autoria do deputado Professor Grandó, sobre programas de prevenção à violência contra os educadores na rede pública de ensino.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (pela ordem) - Solicita o encerramento da sessão para votação, em segundo turno, dos dois projetos da pauta.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pede que o pedido de informação, de sua autoria, solicitando informações das obras de pavimentação do trecho que liga a BR-116 ao município de Timbó Grande, seja aprovado.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Questiona se os pedidos de informação constavam da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior. (É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Boa-tarde, senhoras e senhores!

Gostaria de cumprimentar os vereadores Pedro Kostulski e o Dudja, do município de Irineópolis, que visitam esta Casa. Sintam-se à vontade neste Parlamento. Agradecemos a visita e recebemo-los de braços abertos.

Sr. presidente, é com grande satisfação que estamos hoje retornando do planalto norte, onde foram realizadas várias ações na semana que passou. Entre elas, gostaria de falar sobre a 3ª Agrofest, realizada neste final de semana, na cidade de Canoinhas, uma festa muito importante, direcionada ao agronegócio. Os senhores sabem que é em Canoinhas que a empresa Aurora irá se instalar, ela que é, sem dúvida, uma das maiores cooperativas de Santa Catarina, e que está fazendo um investimento vultoso em nossa região, mais precisamente no município de Canoinhas, de R\$ 400 milhões? Esse investimento faz com que o planalto norte mude de vez não só a sua vocação, mas que parta para o crescimento e para o desenvolvimento.

Tivemos a grande satisfação de, domingo à noite, contarmos com a presença de 22 mil pessoas, todas reunidas na 3ª Agrofest, comandada pelo prefeito Leoberto Weinert, juntamente com o presidente da festa, o sr. Donato Noemberg.

Parabéns planalto norte pela sua mobilização! Lá estavam, também, representantes de Porto União, Irineópolis, Major Vieira, Bela Vista do Toldo, Mafra, Rio Negrinho, São Bento do Sul, enfim, todos os municípios do planalto norte unidos, todos irmanados na 3ª Agrofest.

Gostaria, também, de me reportar à viagem do governador Luiz Henrique da Silveira no dia 7, mais precisamente na sexta-feira, quando compareceu ao Seminário de Microbacias. Essa presença do governador foi organizada pela Epagri, e contou com a presença de nada mais, nada menos, que 800 agricultores.

Isto mostra o interesse do agricultor em reivindicar as suas aspirações, mostra a organização do governo do estado, através da Epagri, fazendo com que esses agricultores recebam essas reivindicações em suas propriedades.

O Microbacias investiu nada mais, nada menos, do que R\$ 10 milhões, perfazendo-se um atendimento, no planalto norte, de muitos agricultores. Muitas obras foram feitas em benefício desses agricultores que acreditam no governo do estado, que acreditam na Epagri e que acreditaram no projeto do Luiz Essen, que é o secretário executivo que comandou a grande reunião no município de Canoinhas. Contamos com a presença do presidente da Celesc, Eduardo Pinho Moreira, que esteve lá para trazer energia para o planalto norte.

Estivemos, também, em Major Vieira, e lá fomos recebidos pelo prefeito Orildo Antônio Severgnini, que fez, na hora da inauguração da subestação da Celesc, referências ao governador Luiz Henrique da Silveira, e ao trabalho realizado em seu município, não só da energia, mas de escolas e muitas outras obras que representam a mudança do perfil de Major Vieira, como asfaltos, ginásio de esportes e escolas. Isso mostra a preocupação do governo do estado com aquele município.

Depois estivemos em Papanduva, onde também o presidente da Celesc, dr. Eduardo Pinho Moreira esteve presente na inauguração da grande obra da subestação de energia elétrica, onde foram investidos mais de R\$ 6 milhões.

Isso mostra que os municípios do planalto norte, que aquele município do interior, o mais distante, começa a ter os requisitos básicos, presidente Clésio Salvaro, como energia, e tendo energia os municípios podem trazer indústrias para lá se instalarem; e vindo as indústrias, vem o emprego para a juventude, vem o crescimento e o desenvolvimento.

Em Papanduva, o prefeito Humberto Ribas também nos proporcionou uma bela recepção, fazendo com que falássemos dos investimentos feitos naquele município, da Master Agropecuária, que hoje faz um trabalho na agroindústria muito importante. É uma empresa que lá se instalou fazendo crescimento e desenvolvimento.

Estivemos também com o prefeito de Santa Terezinha e com o presidente da Celesc, dr. Eduardo Pinho Moreira, entregando mais uma obra naquele município, a mais importante do planalto norte, porque foram investidos mais de R\$ 8 milhões em energia em Santa Terezinha.

Estão de parabéns o prefeito e os vereadores de Santa Terezinha, que foram incansáveis para trazer a energia! Mas quero transmitir a nossa saudação especial ao vice-prefeito de Santa Terezinha, Valdecir Ferens, que realmente fez a diferença, porque foi ele que veio, como prefeito em exercício, à cidade de Florianópolis receber a liberação para a instalação da subestação de energia elétrica no município de Santa Terezinha.

É muito importante a ação integradora do governo no planalto norte, que fará com que esses vários municípios tenham desenvolvimento e crescimento. Além disso, essa ação fará com que a nossa região comece a ser cobçada, sim, por várias indústrias, que estão vindo que no planalto norte ainda há uma grande quantidade de terras para serem aproveitadas no plantio de soja, milho e feijão. Isso significa que temos fronteiras a serem desbravadas, o que fará com que a instalação da agroindústria se torne cada vez mais presente no planalto norte.

Como a Sadia está-se instalando no município de Mafra, o prefeito Jango Herbst, juntamente com a sua comitiva e a secretária Regional, Taísa Tavares, esteve lá fazendo pronunciamentos para que essas

agroindústrias realmente se instalem no planalto norte e façam a diferença do emprego, do crescimento e do desenvolvimento. E é isso que está acontecendo, hoje, no planalto norte: a região está num estágio muito importante de desenvolvimento, que se completa com a ida da energia elétrica para lá. Parabéns ao presidente da Celesc, dr. Eduardo Pinho Moreira, por mais esse incentivo e esse trabalho realizado no planalto norte.

Muito obrigado! E fazemos questão de dizer que o planalto norte não será mais o mesmo.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda em Breves Comunicações, o próximo orador inscrito é o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, meus cumprimentos a todos os telespectadores da TVAL e aos ouvintes da Rádio Alesc Digital. Gostaria de saudar aqueles que nos prestigiam aqui, nas galerias da Casa, e também o vereador Gilberto Morgan, de Urubici, que traz para a Assembléia Legislativa uma lembrança: de que de 13 a 16 de março haverá a 8ª Fenahort - Festa Nacional de Hortaliças - naquele município que, aliás, é a Capital Nacional de Hortaliças. Ele faz o convite a toda Casa para prestigiarmos aquele evento.

Quero saudar também, de uma forma especial, a diretora-geral da Saúde, sra. Carmem Zanotto, que hoje esteve aqui, na Assembléia Legislativa, participando de uma audiência pública. Por lei, aquele órgão deve apresentar ao Poder Legislativo as ações realizadas a cada quadrimestre. Portanto, ela pôde mostrar os trabalhos daquela secretaria no último quadrimestre de 2007, mais especificamente as suas ações no que tange à epidemiologia, ao controle de doenças infecto-contagiosas.

E v.exas. perceberam que no ano passado houve um recrudescimento, um renascer, de inúmeras doenças que há muitos anos pareciam estar desaparecidas e que, no meu entender, por algum descuido, digamos assim, do ministério da Saúde, reapareceram em maior número. E cito aqui a tuberculose e a lepra. Mas a secretaria estadual da Saúde, através de sua equipe, tem-se empenhado para melhorar isso e para que haja o controle de todas as doenças infecto-contagiosas. Inclusive, no ano passado, estivemos dentro dos números que, dentro da relação com o meio ambiente, eram esperados.

Nessa apresentação dos trabalhos foi abordada também a assistência farmacêutica. E percebemos uma evolução muito grande nos últimos anos com relação à vigilância sanitária nos bares, restaurantes, festas de igreja e hospitais. Enfim, a vigilância sanitária está permanentemente vigilante e melhorando dia-a-dia aquelas questões que podem ser melhoradas.

Eu ainda apresentei à equipe da Saúde a possibilidade de um projeto de lei, para que haja uma padronização no que tange ao setor hoteleiro. Hoje, cada hotel escolhe uma cor padrão para as suas toalhas, lençóis e fronhas. Quer dizer, cada estabelecimento adota aquela determinada cor que o dono do hotel achar melhor ou, no máximo, uma cor clara. No meu entender, eles deveriam usar uma cor única, padrão. E certamente a melhor, como é adotada em alguns países, seria a cor branca, uma vez que assim o cliente vê logo se a roupa está limpa ou não. E também os funcionários e os donos de hotéis ficariam envergonhados de apresentarem aos hóspedes uma roupa de cama ou uma toalha que não estivesse em condições higiênicas adequadas.

Por isso estamos apresentando um projeto, através da Vigilância Sanitária: para dar-lhe mais essa tarefa, qual seja, a do controle também da padronização da cor das roupas dos hotéis, justamente para instituir uma cor que seja de fácil controle. Na minha opinião, melhor seria se os hotéis adotassem o branco, para impedir que usem uma cor na roupa de cama que disfarce a sujeira.

Ainda na questão da assistência médico-hospitalar, comentávamos com a sra. Carmem e sua equipe que a evolução tecnológica que ocorreu em muitos setores também aconteceu na Saúde, mas que nem sempre foi oferecido esse acesso a todos os cidadãos. Por exemplo, a videocirurgia, tanto abdominal, quanto de outras especialidades, nem sempre é oferecida aos doentes do SUS. E como não existe um código na tabela do SUS para o médico colocar, através do computador, que ele vai atender alguém pelo SUS para uma videocirurgia, ele terá que mentir, caso necessite mesmo fazê-la. Ou seja, ele terá que colocar um outro código para poder fazer a cirurgia por vídeo. E, na minha opinião, isso também é difícil de acontecer, uma vez que esses procedimentos pagos pelo SUS normalmente já são mais baratos, e a equipe médica teria que mentir ainda contra ela mesma, porque estaria buscando valores muito menores do que aqueles que são pagos nos hospitais particulares.

Dissemos à sra. Carmem Zanotto que nos precisamos empenhar para que se refaça a tabela do SUS e inclua-se também esse procedimento de alta tecnologia, esse procedimento de vídeo, esse procedimento percutâneo, para que amanhã ou depois, se algum médico quiser atender, por favor, algum paciente com o equipamento dele, ele possa fazê-lo sem ter que mentir com relação ao procedimento. Mas tudo isso, conforme a informação da Saúde, depende de o ministério da Saúde incluir nessa tabela.

Ora, a cirurgia por vídeo está há 15 anos sendo feita praticamente em todos os hospitais, até hospitais de médio e pequeno portes já fazem isso. No entanto, não se consegue oferecer esse procedimento a pacientes do SUS, justamente porque sequer está na tabela. Mas conforme a sra. Carmem assegura, em breve estarão colocando dentro da rede hospitalar essa tabela.

Outro detalhe muito importante é a questão da gestão da saúde. Eu imagino que o atendimento médico-hospitalar nos nossos hospitais públicos e nos conveniados pode e deve melhorar. É impossível que tenhamos chegado ao limite da administração e estando a questão da saúde ainda merecendo um descontentamento de tanta gente, apesar, repito, de tanto esforço que tem feito a equipe da Saúde justamente para melhorá-la. Acontece que existe um entrave burocrático muito grande que limita, impede, atrapalha a direção, tanto da secretaria da Saúde como dos hospitais, para que isso funcione melhor.

Existe a proposta da direção de alguns hospitais públicos passarem para alguma organização social. E vejo que essa talvez seja uma alternativa para dar agilidade. Muitas vezes, o diretor do hospital precisa comprar algum medicamento, fazer alguma acomodação, melhorar ou pintar uma área do hospital, mas não consegue fazê-lo porque a parte burocrática passa por um trâmite muito longo para se poder resolver essa questão. Então, instituir que a direção de alguns hospitais, pelo menos, seja feita através de uma organização social não servirá para prejudicar os funcionários, pelo contrário, isso dará mais agilidade à administração. E essa é a vontade do deputado Dado Cherem, ou seja, melhorar a administração através da OS.

Eu quero aqui, mais uma vez, pedir o apoio dos nobres deputados também para esse projeto. A Saúde pode melhorar, mas precisa...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Em Breves Comunicações, a próxima orador inscrita é a deputada Odete de Jesus, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRS. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, amigas que nos acompanham através da Rádio AleSC Digital e telespectadores da TVAL, queremos fazer uma panorâmica sobre a passagem do Dia Internacional da Mulher. Inclusive, ontem tivemos muitos eventos. Mas, sras. deputadas e srs. deputados, não comemoramos o Dia Internacional da Mulher. Esses eventos dos quais participamos serviram para uma reflexão, para analisarmos a evolução que houve com relação à mulher no lar e nas repartições públicas. Portanto, foram momentos nos quais pudemos avaliar, porque no passado a mulher não tinha direito ao voto, não tinha direito de escolher o seu representante. Mas as coisas evoluíram, e hoje a mulher pode ser eleita. Hoje temos mulheres em vários departamentos.

Estive no ministério da Fazenda resolvendo alguns assuntos de interesse do nosso estado de Santa Catarina e pude constatar que a mulher tem sido muito requisitada como chefe-de-gabinete dos ministros. Que maravilha! Então, estivemos visitando vários ministérios e pudemos constatar isso. Que bom que a mulher tem servido com eficiência, com seriedade, com dedicação e com honradez!

Na quinta-feira, à tarde, participamos de uma audiência pública da nossa comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, da qual eu sou membro. A deputada Ana Paula Lima fez a solicitação da audiência à nossa presidente, deputada Ada De Luca, e tivemos lá a presença de muitas autoridades, inclusive o deputado Pedro Uczai participou também. Portanto, foi uma tarde de reflexão.

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. nos concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Quero ouvir a presidente da nossa comissão, porque tenho certeza de que v.exa., deputada, poderá enriquecer o meu pronunciamento.

A Sra. Deputada Ada De Luca - Quero parabenizá-la, deputada Odete de Jesus, que está, no momento, registrando os eventos dos quais, em alguns, participamos juntas. E não participamos de todos até por um problema de regionalização. Agora, não poderia deixar de parabenizá-la pelo registro.

Gostaria também de registrar aqui um grande encontro que houve em Criciúma, minha cidade natal, ou seja, um café maravilhoso, ocasião em que fizemos essa reflexão, porque o Dia Internacional da Mulher não é uma data só para flores e festas; é um dia para reflexão e para saber da nossa capacidade, do nosso potencial. E queremos mostrar a todas as mulheres que queremos mais empoderamento, mais mulheres nas Câmaras Municipais, Estaduais e Federais e não só como massa de manobra para entregar santinhos na época da eleição.

Realizamos um encontro muito grande também em Tubarão, no auditório da Unisul; demos uma entrevista coletiva na Rádio Imituba, que também foi maravilhosa, porque recebemos vários telefonemas de ouvintes que fizeram questionamentos. E tenho certeza de que a cada ano iremos conscientizar mais a força que a mulher tem.

Parabéns, deputada Odete de Jesus! E mais uma vez parabéns a todas nós, mulheres!

Muito obrigada!

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Obrigada, deputada Ada De Luca! V.Exa. é uma deputada de primeiro mandato, mas tem mostrado a sua capacidade e dedicação à frente de uma comissão muito importante nesta Casa Legislativa. V.Exa., que tem viajado por vários municípios para falar sobre esse planejamento da Lei Maria da Penha, realmente está de parabéns!

Quero fazer referência também à matéria publicada no *Diário Catarinense* - e ela mostrou as três deputadas desta Casa numa foto colorida -, que fez referência à nossa participação, aos nossos projetos e às nossas leis. A matéria também deu um destaque muito especial para a Jamile. Esta mulher que está sempre atendendo todos muito bem e que não tem sigla partidária. A Jamile é uma pessoa dedicada, atende os 40 deputados sem destacar nenhum, trata-os igualmente. E fiquei muito feliz em ver a Jamile em destaque. É uma foto maravilhosa. E quero parabenizar também a jornalista, pois ela foi muito feliz ao fazer essa matéria, na qual colocou a nossa querida Jamile.

Jamile é como uma rainha! É um patrimônio da Assembléia Legislativa. Então, quero parabenizá-la, assim como as funcionárias de todos os gabinetes de todos os meus colegas parlamentares. Parabenizo também as taquígrafas e todas as profissionais que prestam este honroso trabalho nesta Casa Legislativa.

Como falei, deputado Joares Ponticelli, o Dia Internacional da Mulher não é só o dia 08 de março - e tive a felicidade de nascer no mês de março - mas, sim, todos os dias, porque é a mulher que acorda cedo, que coloca a mesa, que cuida da roupa do esposo, da roupa das crianças, enfim, é ela que está à frente da casa.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Ao cumprimentá-la, cumprimento também a nobre deputada Ada De Luca e a deputada Ana Paula Lima. E em nome das três, todas as mulheres que integram esta Casa Legislativa.

No dia 8 de março não estivemos aqui para homenageá-las e ontem a Escola do Legislativo, coordenada pela professora Carla, que aqui está, também fez o seu papel, apresentando uma programação muito boa, segundo a Carla e a deputada Ada De Luca, de grande proveito para todas que por lá passaram.

Também quero me associar aos cumprimentos de v.exas. à nossa Jamile que, como os nossos articulistas políticos dizem, é a fada madrinha da imprensa da Assembléia. Ela tem toda uma história aqui nesta Casa, e a matéria do *Diário Catarinense*, acho que assinada por Ana Minosso, que também é uma competente profissional, resgatou a história de tantas anônimas Jamiles aqui desta Casa, que prestam um grande papel.

O funcionário público, deputada Odete de Jesus - e nós somos funcionários públicos de carreira -, muitas vezes é injustiçado com um conceito equivocado! Os servidores desta Casa realmente são referência em dedicação e competência. Quero, portanto, homenagear todas as servidoras em nome da Jamile, que foi homenageada por ocasião desta data.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputado.

Não posso esquecer também das esposas dos nossos colegas deputados, pois se eles estão aqui e conquistaram essa cadeira no Parlamento foi graças àquela esposa que deu apoio e incentivo. Não podemos esquecer essas esposas.

Cito com alegria a presença da deputada Ana Paula Lima, que faz parte do alto clero da Assembléia Legislativa. É uma mulher competente, uma colega que nos honra e que faz parte da Mesa, o que muito nos orgulha, pois é uma mulher corajosa e que já deu e continua dando contribuição para o esposo, que também é um homem público.

Então, hoje é dia de relatar coisas boas.

É uma pena que o meu tempo esteja encerrando, porque ainda queria falar sobre a greve dos professores. Mas deixarei esse tema para amanhã.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, desejo registrar a presença do prefeito, em exercício, da cidade de Pinheiro Preto, nosso companheiro Nivaldo Gottselig, que se encontra acompanhando a sua esposa Lourdes.

Quero dizer que Pinheiro Preto é o maior produtor de vinho de Santa Catarina, pois concentra mais de 50% de toda a produção catarinense. E no ano de 2007 o município registrou um recorde de produção, com mais de 12 milhões de litros de vinho - vinho de boa qualidade.

Então, parabéns ao nosso prefeito em exercício, assim como a toda comunidade de Pinheiro Preto, por estar contribuindo muito com o território catarinense, com a excelente qualidade de vinho que produz aquela terra.

Os cumprimentos da Assembléia Legislativa ao nosso prefeito em exercício, Nivaldo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Está feito o registro.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Pedro Baldissera, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, gostaria inicialmente de comunicar a esta Casa que a bancada do Partido dos Trabalhadores, como sempre, depois de muita reflexão, de muito debate, escolheu, para o exercício de 2008, o deputado Pedro Uczai para a liderança da bancada. Portanto, quero desejar ao deputado Pedro Uczai, nosso líder a partir deste momento, sucesso no trabalho e que possa dar continuidade a esse trabalho importante dentro da Casa na condução e na liderança da nossa bancada.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Nobre deputado, primeiramente, em nome de toda a nossa bancada, quero parabenizar v.exa. pelo trabalho realizado na liderança da bancada, no período 2007/2008, porque sentimos orgulho de estar aqui, neste plenário, novamente com v.exa., unindo o nosso grupo, o nosso partido nesta Casa. Em segundo lugar, quero agradecer à deputada Ana Paula Lima, aos deputados, Jailson Lima, Décio Góes e Dirceu Dresch, pela confiança depositada neste deputado, para, juntos, de forma coletiva e democrática, conduzirmos o nosso partido dentro da Assembléia Legislativa, através da bancada do Partido dos Trabalhadores.

Queremos honrar essa confiança e humildemente dar a nossa contribuição para defender o nosso governo, o presidente Lula, aqui, neste espaço, e os nossos projetos com relação aos nossos municípios e aos movimentos sociais.

Quero agradecer a oportunidade que a minha bancada está me concedendo e parabenizar v.exa., mais uma vez, pelo trabalho que realizou como líder neste período aqui, na Assembléia Legislativa.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Muito obrigado, deputado Pedro Uczai.

Quero reiterar os nossos votos, como em outros momentos que v.exa. foi líder aqui, nesta Casa, na bancada do Partido dos Trabalhadores, de que continue com o trabalho e representando, como na época v.exa. representou, com muito destaque a bancada do PT.

Gostaria também de fazer alguns registros que julgo importantes, neste momento. Inicialmente, quero dar destaque a um trabalho extremamente importante que o Movimento dos Atingidos pelas Barragens, o MAB, realiza no estado de Santa Catarina e em outros estados deste nosso país. E de maneira especial, aqui, no estado quando, além de realizar grandes mobilizações em defesa do meio ambiente e em defesa dos atingidos pelas barragens, nestes últimos tempos o movimento vem intensificando a luta representada aqui por um grande número de famílias em todo o nosso país e no estado de Santa Catarina, que deveriam estar sendo contempladas pela chamada tarifa social, mas, infelizmente, não existe o reconhecimento aqui em Santa Catarina pela própria Celesc, de proporcionar às famílias com mais dificuldades, as mais carentes, o acesso à tarifa social.

A Aneel já deliberou e autorizou o desconto e a contemplação dessas famílias até atingirem os 160 quilowatts. Oitenta quilowatts já são automaticamente reconhecidos legalmente. E as concessionárias deveriam dar o desconto, contemplando as famílias que têm esse consumo, incluindo-as na tarifa social. Dos 80 aos 160 quilowatts, as famílias deveriam emitir um documento, uma autoprocuração, no sentido de solicitar o desconto que seria garantido pela Aneel.

Infelizmente, não existe o reconhecimento por parte da Celesc dessa determinação judicial, que a Aneel já havia garantido através da própria legislação. Existe toda uma mobilização, uma conscientização, porque infelizmente a grande maioria das famílias carentes, que têm o gasto de até 160 quilowatts, não sabe que existe essa legislação. Portanto, é preciso divulgar e, ao mesmo tempo, pressionar o órgão competente, a Celesc, para cumprir aquilo que determina a lei. Inclusive, a Aneel já reconheceu e determinou que houvesse o desconto.

Existe essa mobilização toda, e esperamos que a Celesc, aqui, de Santa Catarina, reconheça e possa, ao mesmo tempo também, contemplar as diferentes famílias no nosso estado, para que possam ter garantidos esses benefícios que a Aneel já determinou.

Outro assunto que trago à tribuna na tarde de hoje é com relação a alguns encaminhamentos que o nosso mandato tem proporcionado nesta Casa e ao mesmo tempo também em nível de estado. Primeiramente quero reconhecer a importância do nosso estado em encaminhar o projeto do código ambiental a esta Casa. Santa Catarina não tem uma legislação própria ou um código ambiental para tratar das questões ambientais no nosso estado.

Já foi realizada uma espécie de lançamento do código, e esperamos que possa adentrar o quanto antes nesta Casa, para que possamos construir um grande debate nas diferentes instâncias do nosso estado, no sentido não só de divulgar o código ambiental, mas também de podermos fazer com que esteja em defesa e na construção de uma sociedade, de um estado, no qual se tenha a preservação do meio ambiente.

Srs. deputados, isso se faz extremamente necessário para o estado de Santa Catarina, haja vista que somos um dos piores estados no que diz respeito ao tratamento do saneamento básico. Nós perdemos para quase todos os estados da federação. Então, é preciso que o nosso estado avance nas questões ambientais, tendo em vista a importância que isso tem para o meio ambiente.

É o momento de construirmos políticas públicas para a preservação e a recuperação, ou seja, para dar melhor qualidade de vida não só aos seres humanos, mas a todas as espécies, ao ecossistema, no sentido de garantirmos às próximas gerações, não só do estado de Santa Catarina, mas do nosso país, que tenham as mínimas condições de viver. Temos que começar a pensar que se vivemos numa sociedade que apresenta essas deficiências, o que será da nossa sociedade, no que diz respeito às questões ambientais daqui a 20 anos, 30 anos, 50 anos.

Srs. deputados, é momento de começarmos a refletir. Mas junto com a nossa reflexão temos que construir políticas públicas para garantir a nossa sociedade uma qualidade de vida melhor para as gerações que hoje estão aqui e para aquelas que virão daqui a 20 anos, 30 anos ou 50 anos.

Então, é importante essa preocupação, essa reflexão e essas tomadas de decisões no nosso estado. Esperamos que à luz do código ambiental possamos avançar exatamente no sentido de garantir uma sociedade melhor.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, servidoras e servidores deste Poder Legislativo e demais servidores públicos que nos acompanham nesta sessão.

Srs. deputados, trouxe na tarde de hoje uma resposta do delegado regional do Trabalho, de em Santa Catarina, nosso companheiro dr. Viegas, relativa ao questionamento que o deputado Kennedy Nunes, de forma correta, fez há duas semanas - e parece-me que na semana passada também -, sobre a agilidade ou a cobrança por agilidade na confecção da carteira de trabalho e previdência social na cidade de Joinville, bem como o atendimento das demais questões relativas a essa pasta naquela cidade.

Tenho em minhas mãos algumas medidas que foram tomadas pela delegacia regional do Trabalho, que passo a ler.

(Passa a ler.)

"Ações do Ministério do Trabalho em Joinville

1. Foram realizadas reuniões com a União Sindical que congrega cerca de 30 sindicatos de trabalhadores, ficando acertado que as entidades sindicais assistirão os trabalhadores na confecção das CTPS, juntamente com a Gerência Regional do TEM, em Joinville;

2. Reunião com agentes da Caixa Econômica Federal para parceria com as oito agências da cidade para atendimento referente à entrada no Seguro-Desemprego;

3. Ajustes administrativos internos no atendimento ao trabalhador, que diminuiu as filas de atendimento. Hoje a Gerência Regional de Joinville opera das 8h30min às 12h30min para o atendimento de carteira de trabalho e das 12h30min às 17h30min para o atendimento do Seguro-Desemprego (que são os casos mais demorados);

4. Inicia ainda este ano a construção da sede própria da Gerência Regional do TEM, em Joinville, com previsão de lançamento da pedra fundamental em maio de 2008."

Aqui, portanto, um retorno da delegacia regional do Trabalho, do dr. Viegas, a respeito das ações, em Joinville, visando garantir a agilidade necessária no atendimento aos trabalhadores daquela importante cidade, a maior cidade do estado de Santa Catarina e, por certo, a cidade que tem o maior número de trabalhadores tanto dos setores em geral quanto do setor de operários, do setor produtivo, propriamente dito.

Srs. deputados, tenho aqui em minhas mãos o Jornal *O Praça*, n.36, que saiu hoje do forno. E eu estava olhando que temos aqui entrevistas com alguns parlamentares e que, posteriormente, haverá entrevistas com outros, requerendo um apoio no que tange às demandas da associação da Aprasc junto ao governo do estado. E o que me chama a atenção neste jornal é a matéria da contracapa, com o seguinte título: "Justiça garante indenização às viúvas de policiais militares mortos em ação".

Está escrito aqui que, justamente no dia 22 de fevereiro, a 3ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça concedeu a indenização de R\$ 10 mil às viúvas dos companheiros, dos soldados da Polícia Militar Joel Domingos e Sérgio Burati, que morreram em agosto de 2003, quando atendiam uma ocorrência de assalto a um banco na cidade de Criciúma. Mas foi necessário entrar com uma ação na Justiça para que elas tivessem o direito garantido.

É uma coisa que nos espanta, pois nós, policiais e servidores da Segurança, colocamos nossa vida em risco quando vamos trabalhar. Todos os dias os policiais militares, civis e bombeiros colocam sua vida em risco e não têm afiançado que, se acontecer uma fatalidade e forem mortos, seus familiares terão garantidas condições dignas de vida.

O que chama a nossa atenção é que o advogado que foi defender o estado diz que eles agiram com negligência, imprudência e que por essa razão foram mortos. Foi um assalto a um banco praticado por uma quadrilha armada inclusive com fuzil! Dizer que eles foram negligentes e por isso foram mortos é um absurdo!

Então, em homenagem aos nossos companheiros, o nosso protesto a esse tipo de argumentação dos advogados do estado para justificar a não-indenização de policiais...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Flávio Ragagnin, por nove minutos.

O SR. DEPUTADO FLÁVIO RAGAGNIN - Saúdo o presidente da Casa, a Mesa Diretora, a sra. deputada e os srs. deputados.

Eu queria aqui fazer o registro de que neste final de semana estivemos participando da inauguração das novas instalações da Rádio Aliança, juntamente com os deputados Moacir Sopsela e Jorginho Mello.

Gostaríamos de parabenizar a família Massolini e a família Casa Grande, o Nauro Jasper e o Lúcio Mauro Nedel, pelas instalações novas da rádio, que orgulham, de certa forma, a comunicação no oeste de Santa Catarina.

Também estivemos no 21º Rodeio Crioulo do CTG Seara & Pampa, em Seara. Estava lá presente o deputado Moacir Sopsela. Foi um evento muito concorrido, uma vez que estiveram presentes em torno de cinco mil pessoas. E eu quero enaltecer o trabalho do CTG, através de Valdir Cerutti.

O Sr. Deputado Moacir Sopsela - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FLÁVIO RAGAGNIN - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopsela - Quero apenas cumprimentar v.exa. antes que mude de assunto.

De fato são dois eventos que orgulham a região do meio-oeste de Santa Catarina: tanto o 21º Rodeio Crioulo do município de Seara, que está contando cada vez mais com a participação das pessoas, demonstrando o trabalho do prefeito municipal Kiko Canale e das lideranças daquele município, como o aniversário de 25 anos da Rádio Aliança.

Parabenizo os fundadores, a família Massolini, a família Casa Grande, que têm agora como diretor Nauro Jasper e como diretor de comunicação Lúcio Mauro Nedel.

Cumprimento v.exa pela lembrança, pois desta forma vamos construir juntos melhores dias para o nosso meio-oeste.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO FLÁVIO RAGAGNIN - Eu tenho dois assuntos aqui que me deixaram bastante preocupado com as informações e com os contatos que tivemos durante esses dias. E pelo motivo de assumirmos esta Casa como deputado por 60 dias, o fluxo de informações tem sido bastante grande. Mas eu saliento aqui o problema do programa *Água de Chuva* que foi lançado há dois anos, que é extremamente necessário para a nossa região. O agricultor, quando da instalação de aviários, de parcerias de suínos, tem tido uma dificuldade muito grande quanto à captação de água.

Então, nós fizemos um pedido de informação porque nenhum dos projetos solicitados na Regional de Seara e de Concórdia foi aprovado. E o programa *Água de Chuva* é importante e necessário, uma vez que nós tivemos há poucos dias, na região de Seara, uma das maiores estiagens. Por isso nós precisamos que esse programa seja instalado ou então que seja dada outra solução para o problema da água.

Outro assunto que me fez pensar durante o final de semana diz respeito à instalação de aviários no planalto norte, à instalação da empresa Aurora, que o deputado Antônio Aguiar tem salientado, e eu quero parabenizar a região por isso. Mas nós, do alto Uruguai catarinense, principalmente dos municípios de Seara, Concórdia, Chapecó, Xanxerê, Xaxim, temos lá também a instalação de diversos aviários.

Foi dada autorização para que sejam construídos em torno de 300 a 400 aviários naquela região. E, para surpresa minha, estou fazendo um pedido de informação para saber qual será o sistema que será adotado ou então quais os dizeres do convênio que o governo do estado assinou quando da confirmação da instalação do frigorífico no planalto norte, porque se está dizendo que o governo vai subsidiar 50% da terraplanagem e 50% da infraestrutura da propriedade.

Isso é extremamente importante! É muito importante, principalmente na região oeste, onde a topografia é bastante acidentada: em torno de 15 a 20% do custo da instalação no aviário é de terraplanagem, é de infra-estrutura. Então, uma vez que existe esse convênio firmado com a região do planalto norte, que ele seja estendido por toda Santa Catarina. Penso que é necessário que isso seja verificado e eu gostaria da parceria também do nosso deputado Moacir Sopsela para que isso seja verificado.

Não é justo, na minha maneira de entender, que os agricultores daqui tenham um benefício em detrimento dos agricultores de lá.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FLÁVIO RAGAGNIN - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Sr. deputado, é bom esclarecer que a nossa conversa foi de que a prefeitura de Canoinhas irá arcar com 50% da terraplanagem dos 1.000 aviários que deverão ser construídos no município. Na verdade, não serão construídos 1.000 aviários no nosso município e sim na região.

Então, cada prefeitura tem que fazer o seu convênio com a Aurora, como fez a prefeitura de Canoinhas, sendo que a prefeitura vai subsidiar 50% da terraplanagem. É esta a nossa informação.

O SR. DEPUTADO FLÁVIO RAGAGNIN - Eu tenho lá gravado que foram 50% do governo do estado, mas é bom que se faça um esclarecimento necessário.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Exatamente. Existe um convênio com o governo do estado para ele ajudar os municípios, como ajuda todos os municípios de Santa Catarina.

Eu entendo que a sua reivindicação é justa, mas tem de ser colocada dentro da verdade. Os convênios do governo do estado existem para cada município, com a sua parte específica. Por exemplo, o Prodec, que é um projeto que incentiva a vinda de investimentos ao nosso estado, juntamente com o Pró-Emprego. São duas maneiras de Santa Catarina destacar-se dos outros estados, atraindo o investimento para o nosso estado.

O governo do estado, ao fazer isso, é claro que ajudará as indústrias, mas essa ajuda das indústrias virá através de convênio, e ela é específica para cada município.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO FLÁVIO RAGAGNIN - Mas eu pretendo receber esclarecimentos sobre a pequena propriedade rural, sobre o convênio do governo do estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao D-25, partido Democratas.

Com a palavra o sr. deputado Gelson Merisio, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Sr. presidente, prezada deputada Ana Paula Lima, prezados componentes da Mesa Diretora, deputada Ada De Luca, colegas parlamentares, ontem estivemos na cidade de Joinville para participar de um evento partidário, que é também um evento político. Juntamente com o senador Raimundo Colombo, com o presidente desta Casa Julio Garcia, com o prefeito de Chapecó João Rodrigues, com tantas outras lideranças do nosso partido em Santa Catarina e junto com lideranças locais de outros partidos, como é o caso do grande prefeito Marco Tebaldi, participamos da inauguração do escritório do deputado Darci de Matos.

E eu falo não somente do escritório em si, porque é uma unidade física que tem a capacidade de abrigar e receber as pessoas de Joinville, como também da sua importância política, ou seja, do fato de podermos vislumbrar a articulação que ele tem naquele município, um potencial eleitoral, um potencial de liderança nova que se coloca para Joinville e para Santa Catarina.

Com todo o respeito aos demais postulantes àquela condição, nós, que somos companheiros do deputado Darci de Matos aqui na Assembléia, que acompanhamos a sua trajetória ao longo dos últimos anos, vimos, com muita alegria e entusiasmo, a organização, a participação e, acima de tudo, a representatividade daqueles que por lá passaram. E o nosso partido nesse quesito vive um momento muito auspicioso, não apenas pela eleição que se aproxima, mas pelo perfil dos candidatos que vamos ter a oportunidade de disponibilizar a Santa Catarina e aos municípios.

Também é assim aqui em Florianópolis, onde um jovem de menos de 30 anos, com grande experiência de vida, apesar da pouca idade, fruto do convívio familiar construído e participado no processo público, vai, com absoluta certeza, representar um fato novo na eleição municipal.

Ganhar, perder, fazer menos votos ou mais votos é em decorrência do processo. Agora, fazer uma campanha com proposta, com conteúdo, com participação popular, com a ouvida da população e com o debate dos problemas é uma condicionante e uma certeza de que teremos em Florianópolis.

Assim também é lá em Chapecó, onde o prefeito João Rodrigues faz uma administração destacada, uma administração popular, uma administração que tem no apoio da população o seu grande sustentáculo, passando por Rio do Sul, onde outro jovem prefeito faz um trabalho diferenciado e vai buscar o seu espaço na eleição.

Isso representa um momento importante para o nosso partido e tudo isso acontece porque tem no nosso presidente Raimundo Colombo um líder, hoje com nome atualizado, que movimentou o nosso partido e as nossas bases.

Por isso o registro que faço desta tribuna hoje, ao ocupar o horário dos Partidos Políticos, é sobre um momento político, não se trata de projeto de lei desse ou daquele deputado, dessa ou daquela corrente, importante para o nosso partido que merece ser destacado pelas potencialidades que apresenta.

Temos ainda o João Paulo Kleinübing, em Blumenau, que é outro jovem que busca reeleição e junto com esse quadro novo vamos construir, com certeza, uma grande participação na eleição municipal de 2008 que começa um novo caminho para 2010, no qual a política de Santa Catarina e a do Brasil encerram um ciclo.

O presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, um nome indiscutivelmente forte no cenário nacional, encerra o seu segundo mandato. O governador Luiz Henrique da Silveira encerra o seu segundo mandato. Um novo momento começará a ser criado a partir dessa eleição; um novo momento político para o Brasil e também para Santa Catarina. E nós estamos procurando, com muito trabalho, com participação e debate, estruturar as nossas lideranças para que elas possam participar, de uma forma efetiva, em 2008, e construir a partir daí um grande passo para 2010.

Por isso, em nome da bancada do Democratas, os nossos cumprimentos ao deputado Darci de Matos, o nosso registro à participação importante do prefeito Marco Tebaldi e o agradecimento ao povo de Joinville pela participação que tiveram no evento de ontem.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Presidente (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Romildo Titon, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, pediria à assessoria que dividisse o nosso tempo porque vou dividi-lo com o deputado Manoel Mota.

Srs. deputados, no último domingo, juntamente com o secretário Onofre Santo Agostini, numa missão importante no município de Tangará, mais especificamente na comunidade de Leãozinho, terra onde nasci, participei de um evento importante. Naquele ato o secretário Onofre Santo Agostini representava o governador Luiz Henrique da Silveira.

Lá na cantina Panzeri, srs. deputados, estava presente naquele dia o sr. Ramon Maneco, da República Tcheca, um grande importador de vinhos brasileiros finos, um dos vinhos que se está tornando conhecido não só em Santa Catarina, no Brasil, como lá fora também, o qual está introduzindo esse vinho em toda a Europa. E nós tivemos a felicidade de estar com esse importador por algumas horas naquela comunidade, que veio ao Brasil conhecer o seu cliente e também os métodos de produção de vinhos em nosso país, escolhendo essa cantina Panzeri, porque aquela comunidade está-se tornando, pela qualidade do vinho e pelo investimento que os proprietários, nas pessoas de Celso Panzeri e Luiz Panzeri estão fazendo, um pólo turístico, tendo em vista a qualidade dos vinhos que lá estão sendo produzidos e também o grande movimento turístico para conhecer a produção.

E naquele momento, sr. presidente e srs. deputados, em que ele fez uma exposição, chamou-nos a atenção um fato muito importante. Segundo ele, o grande problema do Brasil, que tem uma grande produção de vinho, é que o nosso vinho não é conhecido na Europa e muito menos pelos próprios brasileiros, que não sabem o que produzem.

Por isso está sendo fácil de colocar os vinhos brasileiros em toda a Europa, pela qualidade da produção, pela forma que o Brasil produz. E eu anotei aqui alguns dizeres do sr. Ramon: "O problema do Brasil, na questão de produção de vinho, é que ele é desconhecido em toda a Europa. Inclusive, o próprio Brasil desconhece a qualidade dos vinhos que produz. Existem clientes na Europa para consumir uma grande parte da produção brasileira, porque o Brasil produz vinho com o coração: assim, o nosso vinho terá um futuro muito grande, se for bem trabalhado e bem divulgado".

Então, pudemos presenciar que há uma perspectiva muito grande, e eu fico muito feliz por ter estado junto nesse dia, quando se escolheu o município de Tangará, do estado de Santa Catarina, para levar para toda a Europa o vinho de qualidade que estamos produzindo.

Outro fato que há poucos dias debatemos aqui, deputado Moacir Sopelsa, e que me chamou a atenção novamente, inclusive lá debatemos essa questão, é a lei que votamos na Assembléia Legislativa que versa sobre a proibição da comercialização de bebidas alcoólicas próximo às rodovias estaduais, sendo que a medida provisória do presidente da República faz também essa proibição nas rodovias federais.

Caros colegas, estamos recebendo aqui pessoas da República Tcheca e de toda a Europa que estão interessadas em comprar os nossos vinhos. A região está-se tornando um grande pólo turístico, as rodovias estaduais daquela região, como foi já dito, são conhecidas por todo o estado como a rota do vinho. Entretanto, terão que ser fechados todos os pontos comerciais que existem nas rodovias da rota do vinho, porque não se pode mais vender bebida alcoólica, e vinho é uma bebida alcoólica.

Há poucos dias, o deputado Darci de Matos apresentou um novo projeto tentando retificar alguns pontos que perdemos, porque no parágrafo único da lei que aqui aprovamos dizia que ficava proibida a venda de bebidas alcoólicas, exceto nos estabelecimentos comerciais situados no perímetro urbano. E o deputado Darci de Matos acrescentou também as áreas rurais urbanizadas e os empreendimentos turísticos. Não sei se essa questão de empreendimentos turísticos irá abranger também o vinho engarrafado, que acho que não embebeda ninguém, porque não se está vendendo no copo.

Também existe outro ponto fundamental, deputado Moacir Sopelsa, com o qual estou preocupado, e na região de v. exa. não deve ser diferente, porque em todas as regiões está havendo um problema sério, ou seja, temos comunidades constituídas, e as igrejas têm um pavilhão ou um centro comunitário, onde realizam uma festa, duas festas por ano, com toda a comunidade, que é um meio de arrecadar para se manterem. E essa questão também inviabilizou essas festas, essas concentrações, assim como também os rodeios que estão sendo realizados, cuja maioria está perto das rodovias.

Nós estamos estudando aqui para acrescentar a essa lei do deputado Darci de Matos também essas comunidades organizadas, para que possam realizar as suas festas, para que não se inviabilize totalmente as festas e as programações de todas as comunidades e entidades esportivas, que com muito sacrifício foram construídas. Se não houver possibilidade de vender bebida alcoólica, segundo o sentimento dos brasileiros, não serão festas, o que irá inviabilizar essas comunidades que estão próximas às rodovias.

Então, acho que o Parlamento catarinense e o Congresso Nacional têm que ter sensibilidade no sentido de viabilizar que as comunidades constituídas realizem as suas festas, as suas organizações e que nós não atrapalhemos a comercialização do vinho, que é o grande *filet mignon* que o Brasil está pondo no mercado exterior, na Europa. Mas com essa proibição poderemos inviabilizar a sua comercialização, principalmente nos pontos turísticos e nas rotas do vinho, como é o caso de Santa Catarina.

O restante dos minutos do partido será usado pelo nobre deputado Manoel Mota.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do espaço reservado ao PMDB no horário dos Partidos Políticos, com a palavra o deputado Manoel Mota, nos minutos restantes.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, visitantes que nos dão a honra de prestigiar o Parlamento, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, venho, na tarde de hoje, trazer algumas matérias importante para o nosso estado.

"Banco do Brasil, vai investir mais de R\$ 18 bilhões em Santa Catarina." O jornal *Diário Catarinense* de ontem deu o destaque necessário a uma parceria do governo federal com o governo estadual destinada a investimentos em Santa Catarina.

"O governador Luiz Henrique da Silveira assinou um protocolo de intenções com o Banco do Brasil (BB), ontem, para investimentos de R\$ 18,2 bilhões em financiamentos no Estado nos próximos cinco anos.

Áreas como a agricultura familiar, agronegócio, pequenas, médias e grandes empresas de comércio e indústrias devem ser beneficiadas.[...]

Do montante previsto no protocolo, o BB destinará cerca de R\$ 10 bilhões para financiamentos à indústria e R\$ 7 bilhões à agricultura.[...]"[sic]

Vale destacar a parceria do governo federal com o governo catarinense, que está trazendo muitos frutos para o nosso estado. Significa que Santa Catarina está-se preparando para uma nova missão. Fruto do quê? Fruto do governo da descentralização. Com esses investimentos públicos, o estado se torna mais competitivo e recebe milhões e milhões de investimentos de empresas destacadas e que aqui investem. Com isso o estado vai crescer mais e vai dar retaguarda àqueles que querem investir cada vez mais para gerar emprego e renda no estado de Santa Catarina.

Por isso, sr. presidente, a importância de termos, hoje, um estado com as contas equilibradas, planejado e voltado para o crescimento, crescimento este que vai alcançar, com certeza, num futuro próximo, os patamares esperados por toda a sociedade catarinense. Neste momento nos sentimos honrado em poder destacar momentos históricos, importantes como este, para Santa Catarina. São essas parcerias que viabilizam as empresas, a agricultura e que buscam alternativas para o desenvolvimento.

Por isso, não poderíamos deixar passar em branco essa notícia e estamos aqui dando o devido destaque àquilo que é importante, que é fundamental para o crescimento de um estado equilibrado, que tem um governo descentralizado, o governo de Luiz Henrique da Silveira, que está no rumo do desenvolvimento, rumo à geração de emprego, renda e da melhoria da qualidade de vida do seu povo.

Existe também uma matéria de ontem que quero destacar.

(Passa a ler.)

"Governo vai liberar R\$ 36 milhões

Convênio assinado ontem vai beneficiar 16 mil estudantes que dependem de bolsas."

O jornal *A Notícia*, de 11 de março, destaca esse momento.

(Continua lendo.)

[...]

O governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) assinou ontem, em Florianópolis, o repasse de cerca de R\$ 36 milhões. O dinheiro deve beneficiar cerca de 16 mil alunos em 2008.

[...]

Os contemplados são as 42 instituições do sistema Associação de Mantenedoras Particulares de Educação Superior de SC (Ampecs) e 15 do sistema Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe). Também foram assinados convênios no Programa de Desenvolvimento Regional (Proesde), que deverá favorecer 1,2 mil alunos de dez universidades do estado.[...]"[sic]

É preciso destacar que estava presente toda a representação do Sistema Acafe e das fundações particulares, assinando outro convênio para o pagamento, em dez meses, do art. 170!

Quantas críticas foram feitas dizendo que as parcelas devidas não estavam sendo pagas! Mas estou aqui para dizer que estão sendo pagas religiosamente. O secretário da Educação, com o governo do estado, planejou no ano passado e cumpriu religiosamente, até o final do ano, o pagamento de todas as parcelas. Só não foram pagas aquelas universidades que não prestaram contas. No entanto, o dinheiro está disponível na secretaria da Educação para esse pagamento.

E agora foi feito esse repasse, em dez vezes, no valor de R\$ 36 milhões, que com certeza será pago religiosamente, como foi feito no ano passado, mesmo tendo começado o pagamento das parcelas em junho. Ressalte-se que agora há mais tempo para esse investimento que irá beneficiar não apenas as universidades, mas os alunos carentes do estado de Santa Catarina.

Como é importante uma ação como essa! É a primeira vez no estado que o governo e a secretaria da Educação, através do seu secretário, cumprem religiosamente a lei do art. 170, não tendo dívidas anteriores para pagar. Evidentemente que o nosso é um estado equilibrado, com suas contas e com suas ações equilibradas. O estado da descentralização se prepara, deputado Genésio Goulart, para mais uma missão, não apenas construindo escolas, mas investindo na educação, cumprindo a sua missão com os alunos, que são fundamentais para o futuro de Santa Catarina.

Por isso, sentimo-nos honrado e orgulhoso em defender o governo de Luiz Henrique da Silveira pela forma como age: não discrimina ninguém, busca alternativas e cumpre religiosamente os seus compromissos.

O estado caminha a passos largos rumo ao desenvolvimento, preparando os seus alunos para o futuro. Nós vamos passar, mas eles virão buscando alternativas e desenvolvendo com mais competência do que nós, porque se estão preparando muito mais nas universidades.

Quero aqui parabenizar o governo do estado e toda a sua equipe, como também o secretário da Educação. Gostei de ver ontem o ilustre deputado Pedro Uczai, que lá estava sendo abraçado pelo governador, que estava cumprindo a sua missão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Marcos Vieira, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero dar continuidade a um dos assuntos abordados pelo eminente deputado Manoel Mota, que me antecedeu na tribuna desta Casa.

Ontem, representei a Assembléia Legislativa na cerimônia realizada no Centro Integrado de Cultura, por ocasião da assinatura dos convênios do governo do estado com o Sistema Acafe.

Durante aquela cerimônia foi distribuído um livreto da diretoria de Educação Superior daquela pasta, que trata do programa de bolsas de estudo e de bolsas de pesquisa. Trata-se da secretaria comandada pelo nosso companheiro, o deputado federal Paulo Bauer, que tem na função de diretora de Educação Superior a eminente professora Mariléia Castal de Machado Lopes, que vem empreendendo um bom trabalho em favor da educação superior de Santa Catarina.

Lá estavam presentes também, além das autoridades estaduais, vários reitores de Santa Catarina, como também os deputados Pedro Uczai e Jorginho Mello.

Quando fiz uso da palavra, em nome desta Casa, eu disse enfaticamente que se o Poder Executivo, hoje, está tendo condições de distribuir milhares de bolsas de estudo é porque esta Casa deu condições para que isso

acontecesse. E fiz referência de que tudo começou ainda na preparação da Constituição Estadual de 1989, quando esta Casa inseriu os arts. 170 e 171, que ao longo de cada ano legislativo os srs. deputados e eu, agora, na condição de ocupante de primeiro mandato, vêm sendo debatidos e melhorados através de emendas. Existem ainda duas leis que são de muita importância, a Lei Complementar n. 281, de 10 de janeiro de 2005, e a Lei Complementar n. 296, de julho de 2005, que foram apreciadas, discutidas e votadas por esta Casa e que efetivamente estão dando condições para que o Poder Executivo possa efetivamente colocar em prática todo o sistema de bolsas.

Mas aqui quero fazer o registro de que sua excelência, o sr. governador Luiz Henrique da Silveira, junto com seu vice, Leonel Pavan, que também estava prestigiando a cerimônia naquele momento, juntamente com o secretário de estado da Educação, tem envidado todos os esforços no sentido de fazer com que a cada ano que passa os recursos destinados às bolsas de estudo e às bolsas de pesquisa aumentem consideravelmente.

Para este ano já estão previstos mais de R\$ 34 milhões. É uma quantia extremamente importante, e o trabalho que vem sendo empreendido pelo governador Luiz Henrique da Silveira, pelo seu vice, Leonel Pavan, e pelo secretário Paulo Bauer coloca Santa Catarina como o estado do Brasil com maior índice de acesso de jovens de 17 a 21 anos à educação superior.

Em 2006 foram mais de 208 mil alunos matriculados no ensino superior do estado, número que hoje deve chegar a 285 mil, segundo as estimativas divulgadas pela secretaria de estado da Educação. E o art. 170 da Constituição Estadual, que criou o programa de bolsas de estudo e bolsas de pesquisa, tem contribuído para essa realidade promissora. Permite, por exemplo, a realização de convênios como esse, que garantirão o repasse de R\$ 3,5 milhões, em dez parcelas anuais, a universitários de baixa renda, com descontos que variam de 50% a 100% nas mensalidades.

As bolsas de estudo e de pesquisa vão atender alunos das 15 instituições do sistema Acafe. Atenderão também outras 42 instituições particulares ligadas à Ampesc.

Ontem, o governo anunciou também uma nova perspectiva para as secretarias de Desenvolvimento Regional, pois a partir de 2009 os cargos de gerência nessas estruturas descentralizadas somente serão ocupados por portadores de certificado de conclusão do curso de agente de desenvolvimento regional. O curso é oferecido por intermédio do Proesde, programa regulamentado pela Lei Complementar n. 281/2005.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Deputado, o modelo educacional empregado pelas universidades criadas por lei municipal que fazem parte do Sistema Acafe é um exemplo para o país. E os dispositivos do art. 170 da nossa Constituição dão condição para que, através da contribuição para os mais carentes, se possa fazer a inclusão universitária. E essa decisão da secretaria de Educação e do governo do estado é extremamente importante para todos os nossos alunos, para os mais de 250 mil acadêmicos em nossas universidades comunitárias do nosso estado e também particulares.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Muito obrigado, deputado.

Mas, deputado Herneus de Nadal, quando eu fazia uso da palavra no evento, fiz questão de dizer que a sociedade catarinense está de parabéns pelo feito de ontem. Mas, sobretudo, que a Assembléia Legislativa, ao longo desses anos de debate acerca dos arts. 170 e 171, tem contribuído muito para que famílias carentes possam ter nas universidades seus filhos a frequentar um curso superior.

Então, estamos todos de parabéns! Está de parabéns o Poder Legislativo, por estar constantemente debatendo, e este será mais um ano de debates sobre o art. 171; está de parabéns o Poder Executivo, que está cumprindo com a legislação aprovada aqui na Assembléia Legislativa; estão de parabéns as universidades, que obtêm recursos para que sejam oferecidos aos alunos carentes. Mas, sobretudo, de parabéns estão as famílias, que têm seus filhos, mas não têm condições de pagar uma mensalidade numa universidade particular. E o estado estende a mão e dá essa condição para que tenhamos os nossos filhos educados adequadamente, para que tenhamos os nossos filhos com um saber maior. E é assim que se faz Assembléia, Poder Executivo e instituições particulares!

Parabéns Santa Catarina e parabéns alunos!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o deputado Jailson Lima, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Meus cumprimentos ao deputado Clésio Salvaro, que preside a sessão, e aos nobres deputados.

Em nome do Partido dos Trabalhadores, também quero cumprimentar o deputado Pedro Uczai, que assume a liderança do partido nesta Casa, e o deputado Pedro Baldissera, pelo papel que cumpriu como brilhante líder do PT durante o ano que passou.

Nesta tribuna, hoje, os parlamentares que por aqui passaram só trouxeram boas notícias. E dentre elas, quero deixar claro, com todo o carinho que tenho pelo jornalista Moacir Pereira, que não existe nenhuma crise no PT, de acordo com a manchete, "PT quer superar crise". Muito pelo contrário, o partido encontra-se unificado com a sua direção e, principalmente, com a clareza do papel que tem para cumprir socialmente; com a clareza política que temos que ter na defesa do governo que, em nível nacional, implementa as mudanças efetivas deste país.

Ouvimos o líder do PMDB, deputado Manoel Mota, assomar à tribuna para falar do governo Lula, do Banco do Brasil, dizer que mais de R\$ 18 bilhões serão investidos no estado de Santa Catarina, sendo R\$ 10 bilhões para a indústria e R\$ 7 bilhões para a agricultura, principalmente com o intuito do fortalecimento da agricultura familiar, e esse é um bom cenário para o estado de Santa Catarina. E isso justifica mais uma vez o título de Cidadão Catarinense que queremos dar ao presidente.

Mas, conforme disse na semana passada, ocupo esta tribuna para falar da questão da saúde no estado de Santa Catarina. Temos visitado os hospitais, diante das denúncias que têm sido formuladas na imprensa. Estivemos no Hospital Florianópolis, e gostaríamos que projetassem as imagens que mostram o que presenciemos na visita que fizemos àquele hospital.

(Procede-se à exibição de fotos.)

Disse que sabemos do esforço que tem sido feito pelo nosso secretário, da intenção do governo do estado, mas temos que, efetivamente, dar uma resolução às questões dos hospitais aqui da Grande Florianópolis que atendem todo o estado de Santa Catarina, que atendem pessoas, da minha região e de todo o estado, que procuram atendimento.

O que vimos no Hospital Florianópolis - e sabemos que isso, em hipótese alguma, pode acontecer - foram pacientes que ficam, às vezes, durante duas ou três semanas aguardando cirurgias; uma senhora de 70 anos que estava há 48 horas sentada em uma cadeira de rodas aguardando um leito. E lá no hospital, conversando com os médicos de plantão, eles disseram que há dez meses havia três médicos para atender na emergência de clínica médica e que atualmente há apenas um.

Se existem problemas como esses - e sabemos que o Ministério Público interveio, dizendo da necessidade de se fazer um concurso ou chamar os concursados -, nós temos que chamar os médicos concursados, porque um hospital com esse tipo de problema atende a pacientes de toda a região.

Esta paciente que v.exas. estão vindo na cadeira de rodas não era da região, e estava há 48 horas sentada naquela cadeira, sendo amparada pelos seus familiares.

Na semana passada, as associações de moradores da região fizeram um movimento pedindo socorro no atendimento desse hospital e a contratação de profissionais médicos.

Tenho que salientar que os pacientes elogiaram a comida - e se há essa manifestação por parte dos pacientes, temos de reconhecê-la.

Mantivemos contato com o Conselho Regional de Medicina e a Associação Médica Catarinense, que disseram que também fizeram vitórias e estão solicitando ao Ministério Público que se pronuncie no sentido da contratação desses médicos.

Também estivemos em contato com alguns pacientes da fila de espera do Hospital Celso Ramos, e pudemos ver que lá existem pacientes aguardando cirurgias por falta de anestesistas.

Há que se dizer que, como tenho atuado muito na questão da saúde, deputada Odete de Jesus - e v.exa. é uma das pessoas que se manifestam muito sobre esse assunto nesta Casa -, procurei-me uma funcionária de um dos hospitais dizendo que em alguns hospitais há médicos que vão lá, batem o cartão-ponto e depois vão embora sem atender ninguém. Se isso acontece, cabe uma auditoria para também avaliar médicos, porque é uma irresponsabilidade! E aí é um problema de gestão. Não estamos aqui para discutir responsabilidade apenas do estado, mas também de profissionais médicos, se realmente isso acontece.

Já me pronunciei uma vez nesta Casa falando de médicos da Assembléia Legislativa que por aqui mal passavam. E se isso acontece no estado, em algum hospital, também deve ser apurado, porque se eles são contratados e recebem salários, também têm de trabalhar!

Agora há riscos para os colegas profissionais que estão na emergência atendendo dessa forma, porque um deles, inclusive, disse-me o seguinte: "Doutor, não temos coragem, às vezes, nem de sair do Pronto-Socorro para fazer a higiene pessoal, porque quando saímos somos xingados, dado o volume de pessoas que precisam ser atendidas".

Então, vamos solicitar à comissão de Saúde que faça uma audiência pública. Queremos contribuir com a melhoria desse problema. Se há profissionais concursados, eles devem ser chamados porque a população não pode mais continuar desse jeito!

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Deputado Jailson Lima, quero parabenizá-lo pelo seu depoimento e dizer que outro dia também fui ao Hospital Regional, em São José, tendo em vista uma denúncia de que pessoas aguardavam por até três meses para fazer cirurgias. Mas na hora de confirmar isso nas minhas visitas, falaram em torno de 20 dias. E também acho lamentável ficarem 20 dias no hospital esperando por uma cirurgia. O hospital, na área cardíaca, fazia, por exemplo, cerca de 40 cirurgias por semana, e agora realiza meia dúzia. E essa redução drástica é em função da falta de profissionais, que já foram concursados, precisam ser admitidos, mas não estão sendo. Inclusive, já há denúncias no Ministério Público. Enfim, é preciso que o governo do estado tome uma providência urgente.

Quero parabenizá-lo e dizer que essa audiência pública é extremamente oportuna para escancarar esse problema no intuito de ajudar o governo e assim resolver essa questão definitivamente.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero registrar também que, apesar do aspecto físico do hospital que se encontra numa situação lamentável, a UTI é munida de equipamentos exemplares. Tenho de reconhecer que ela não somente possui profissionais qualificados, mas também equipamentos extremamente eficientes, modernos, atendendo tranquilamente à população que lá chega.

Mas faço esse meu manifesto em relação à saúde porque, como médico profissional, já trabalhei nas emergências dos hospitais e, portanto, sei que não se pode, em hipótese alguma, penalizar os profissionais que atendem lá, porque, muitas vezes, quando chegam há uma fila de espera grande e, ao sair para atender uma emergência, ela se amplia.

Por isso faço esta colocação: cabe ao Conselho Regional de Medicina, à associação médica, ao Poder Legislativo, juntamente com a comissão de Saúde, levantar esses dados para contribuir com a melhoria da assistência médica e saúde para o povo catarinense.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PTB.

(Pausa)

Na ausência dos deputados do PTB, passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável à seguinte matéria:

Ofício n. 0105/2007, de autoria do Tribunal de Contas do Estado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0355/2007, de autoria do sr. deputado Professor Grando, que institui a política de prevenção à violência contra educadores na rede de ensino fundamental e médico do estado de Santa Catarina.

Este projeto está em regime de prioridade.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, não sou tão velho assim, sou da década de 70, tenho, portanto, 38 anos, mas eu nunca ia pensar que chegaríamos a essa triste realidade de ter que garantir, deputada Odete de Jesus, em lei, uma política de prevenção à violência contra o mestre em sala de aula?!

Entendo que a falta de estrutura familiar nos levou a esse momento, deputado Joares Ponticelli - e v.exa. também é professor -, de ter que garantir programas de prevenção à violência contra os educadores na rede pública de ensino. Quando iríamos pensar que teríamos que garantir em lei, meu nobre presidente, deputado Clésio Salvaro, que sejam colocados programas para incentivar a não-violência contra professores?

Faço essa menção, deputado Moacir Sopelsa, porque às vezes nós, neste Parlamento, acabamos votando leis e mais leis, indicações, que passam, às vezes, como se fossem mais uma lei, mais um dado estatístico que lá na frente poderemos mostrar. Mas esse caso me chama a atenção exatamente por isso.

E quero deixar aqui o meu registro favorável ao projeto do deputado Professor Grando, que se preocupa com isso porque é professor também. Mas deixo aqui o meu registro para que nós, da sociedade como um todo, possamos também discutir essa questão de ter que garantir em lei programas de incentivo a não-agressão, por alunos, aos educadores em salas de aula! Para mim, isso é o cúmulo, mas temos que encarar essa realidade!

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0633/2007, de autoria do deputado Herneus de Nadal, que denomina Rodovia Padre Aurélio Canzi o trecho da rodovia SC-492 que liga os municípios de Bandeirantes e São Miguel d'Oeste.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Professor Grando - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, se fosse possível, gostaria de solicitar o encerramento da sessão para votarmos em segundo turno esses dois projetos da pauta e assim ganharmos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Consulto os srs. líderes se estão de acordo com a proposta de encerramento da sessão.

(Os líderes acquiescem.)

Depois do término da Ordem do Dia, então encerraremos a sessão.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0048/2008, de autoria do deputado Jailson Lima; 0049/2008, de autoria do deputado Reno Caramori; 0055/2008 e 0056/2008, de autoria do deputado Julio Garcia, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara Municipal de Joinville, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara Municipal de Ibirama, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus e outros deputados, que requer apreciação pelo Plenário do parecer da comissão de Justiça ao Projeto de Lei n. 0014/2008.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Joinville, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Ibirama, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor de Capacitação da ADVB-SC, cumprimentando-o pela posse no cargo.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica a sra. Maria de Fátima Silveira Compagnoni, cumprimentando-a pela exposição de artes plásticas na galeria da Assembléia Legislativa.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao deputado federal João Batista Matos, cumprimentando-o pela posse no cargo de presidente da comissão de Educação e Cultura.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica à deputada federal Angela Amin, cumprimentando-a pela posse no cargo de presidente da comissão de Desenvolvimento Urbano.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica a sra. Jaqueline Pesent, cumprimentando-a pela participação no projeto Rondon 2008.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Ibirama, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina, cumprimentando-o pelo aniversário de fundação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Silvio Dreveck, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Rodeio, parabenizando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito municipal e ao secretário municipal da Educação, Cultura e Desporto de Santa Rosa de Lima, parabenizando-os pela realização da 11ª Conferência Municipal de Educação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Videira, Palmitos, Bom Jardim da Serra, Joinville, Ibirama, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Darci de Matos, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Comissão Executiva do Hospital de Olhos Sadalla Amin Ghanem, parabenizando-a pela comemoração dos seus 65 anos de fundação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita a votação, em plenário, do parecer da comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei n. 0004/2008

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Besc, pedindo a permanência do atendimento bancário nos dias úteis à comunidade do município de Santa Terezinha.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviada ao ministro do Esporte, solicitando a construção de ginásio de esportes no Parque da Mata Nativa, município de Santa Terezinha.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do deputado Flávio Ragagnin, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário de estado da Infra-Estrutura, solicitando informações sobre a existência de convênio para subsidiar a construção de aviários e chiqueirões.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Silvio Dreveck, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário de estado de Infra-Estrutura, solicitando informações a respeito das obras de pavimentação asfáltica da rodovia SC-478, trecho que liga a BR-116 ao município de Timbó Grande.

Em discussão.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, autor deste pedido de informação.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, este pedido de informação trata dessa obra que já está há cinco anos em andamento.

Nessa obra já aconteceu muita festa, muito *show* pirotécnico e muita inauguração nos trechos. E toda semana ou, pelo menos, uma vez por mês, nós estamos recebendo um apelo daquela comunidade para saber quando a obra será concluída.

Então, para poder dar uma informação mais segura, mais concreta, tomamos a iniciativa de fazer esse pedido de informação, para que o governo esclareça, através do seu secretário, do seu órgão competente, com quem foi assinado o contrato, os aditivos de contratos, quem fez a nota de empenho, quanto foi pago, quanto foi executado e quando será entregue essa obra, porque ouvimos aqui que Santa Catarina já tem todos os municípios com acesso pavimentado e, ao mesmo tempo, várias reivindicações vêm para esta Casa.

Então, sr. presidente e srs. deputados, apelo para que esse pedido de informação seja aprovado e para que o governo de fato encaminhe os documentos a esta Casa, não apenas uma resposta vazia de que os documentos encontram-se à disposição.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Flavio Ragagnin, a ser enviado ao secretário de Agricultura e Desenvolvimento Rural, solicitando informações sobre o projeto Água da Chuva.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da bancada do PP, a ser enviado ao governador do estado, ao presidente da Celesc e ao presidente do Conselho de Administração da Celesc, solicitando, entre outras, informações sobre a reunião do conselho de Administração da Celesc, realizada em 12 de novembro de 2007.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado

Pedido de informação de autoria da bancada do PP, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário da Saúde, solicitando informações sobre os contratos firmados com a empresa Siemens do Brasil.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da bancada do PP, a ser enviado ao governador do estado, ao secretário da Saúde e ao procurador-geral do estado, solicitando informações sobre os pareceres emitidos pela Procuradoria-Geral do Estado referentes aos contratos firmados pelo estado com a empresa Siemens do Brasil.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da bancada do PP, a ser enviado ao presidente da Celesc, solicitando informações referentes às atividades desenvolvidas em Brasília, entre os dias 18 e 20 de março de 2008.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da bancada do PP, a ser enviado ao presidente da Celesc, solicitando informações referentes às atividades desenvolvidas no município de Criciúma, no dia 3 de março de 2008.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, esses pedidos de informação, esses assuntos, estou vendo que não estão na pauta. São extrapauta? Foi um acerto de lideranças?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Sr. deputado, são *ex-officio*. Entraram depois de a pauta estar pronta.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para logo a seguir, às 16h15min.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 001ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 16h15min, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Edison Andriano - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Flávio Ragagnin - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Odete de Jesus - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Explicação Pessoal

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Reporta-se a pedidos de informação da pauta da Ordem do Dia; informa sobre o processo de retomada, pelo governo, do Hospital e Maternidade Tereza Ramos, de Lages.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Cumprimenta o governo do estado pelo investimento no Hospital e Maternidade Tereza Ramos.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Refere-se à pesquisa sobre a avaliação do desempenho do governo Luiz Henrique.

DEPUTADO EDISON ANDRIANO - Reporta-se à audiência pública que discutiu a criação de resex em Santa Catarina.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Manifesta sua posição acerca da criação de resex.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Fala da indenização garantida às viúvas de policiais mortos em serviço; discorre sobre a visita que realizou ao oeste catarinense; cobra o cumprimento da LC n. 254.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Tece comentários acerca da distribuição de subvenções sociais de recursos dos fundos estaduais.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Cumprimenta o deputado Darci de Matos pela inauguração do seu escritório em Joinville; elogia o governo do estado pela aplicação dos recursos dos fundos estaduais.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Critica a postura do deputado Joares Ponticelli e o Partido Progressista.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (aparte) - Elogia a secretaria estadual da Saúde pelos investimentos que tem feito.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Registra a presença do vereador Sargento Carlinho Buratto, de São Miguel d'Oeste.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Comenta o convênio assinado entre o governo do estado e o Banco do Brasil.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Registra a presença de personalidades de Rio Negrinho.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Defende o PP e critica o mau uso dos fundos estaduais.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Reafirma críticas à má utilização dos recursos dos fundos do estado.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Afirma que os municípios recebem os 25% a que têm direito dos fundos estaduais; pondera que as críticas ao PP são da autoria do deputado Pizzolatti.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Convida os membros da comissão de Transporte para reunião.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Parabeniza os sindicatos rurais do vale do Araranguá pela reunião de mais de 1.500 mulheres; reporta-se à audiência pública que discutiu a criação de resex.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Cumprimenta a iniciativa da reunião de mulheres no vale do Araranguá.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Elogia a lucidez do deputado Décio Góes ao tratar da criação de resex no estado.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Coloca sua posição a respeito da criação de resex e a preservação do meio ambiente; comenta a assinatura dos convênios relativos ao art. 170 da Constituição do Estado.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Avalia a necessidade de discutir com mais atenção a criação de resex no sul do estado.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Ressalta a necessidade de ouvir as autoridades e as lideranças locais quando da instalação de resex.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Defende o governo dos ataques ao uso indevido dos recursos dos fundos estaduais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia, conforme acordo dos srs. líderes.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0355/2007, de autoria do deputado Professor Grando, que institui a Política de Prevenção à Violência contra Educadores na rede de ensino fundamental e médio do estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto e de Direitos, Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0633/2007, de autoria do deputado Herneus de Nadal, que denomina rodovia Padre Aurélio Canzi, o trecho da rodovia SC-492 que liga os municípios de Bandeirante e São Miguel do Oeste.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Herneus de Nadal, por até dez minutos.

(Pausa)

Na ausência do deputado Herneus de Nadal, o próximo orador inscrito é o sr. deputado Elizeu Mattos, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente e srs. deputados, levantei a questão dos pedidos de informação extrapauta porque não estavam ali. Nada contra, porque não temos nada a esconder, tudo pode ser respondido. Só estranhei que não estava na pauta e gostaria, sr. presidente, que estivesse na pauta até para poder analisar antes de votar. Mas nada contra, porque temos garantias totais, deputado Joares Ponticelli. Não temos nada a esconder, tudo pode ser respondido. Não tem nada de errado e vamos responder!

Mas com relação, deputado Silvío Dreveck, ao seu pedido de informação foi um pedido que fiz também, não nesta Casa, não ao Plenário, mas pessoalmente, pois algumas pessoas estavam pedindo informações sobre o trecho da BR-116 a Timbó Grande.

Eu sei que v.exa. terá essa resposta, pois já é um processo que tenho acompanhado desde quando o deputado Pedro Baldissera levantou a questão sobre esse trecho rodoviário de Timbó Grande. Pelo que sei, a base está sendo nivelada e a previsão é de que no dia 3 de abril esse trecho começará a receber a capa asfáltica para a sua conclusão. Essa é a informação que eu tenho. E antes que venha a resposta, gostaria até de responder dentro daquilo que sei e tenho acompanhado sobre a SC-478, ligando a BR-116 ao município de Timbó Grande.

Mas o que me traz à tribuna hoje, deputado Serafim Venzon, v.exa. que é da área da saúde, é poder informar sobre um processo que iniciou em 23 de novembro de 2003, na cidade de Lages. Deputado Kennedy Nunes, v.exa. que fala bastante em saúde, no dia 23 de novembro de 2003, iniciamos um processo de retomada do Hospital e Maternidade Tereza Ramos da cidade de Lages. Processo esse que era de uma parceria com a prefeitura e houve empenho do governador Luiz Henrique da Silveira e do secretário Coruja, na época, e da secretária Carmem, deputado José Natal, e o hospital passou a ser novamente do estado de Santa Catarina. Naquela época a Maternidade Tereza Ramos, isso em 2003, sr. presidente, tinha em torno de 74 leitos ativadas. E logo depois que assumimos ativamos, deputado Flávio Ragagnin, 184 leitos.

A parte nova construída, que não funcionava - o deputado Reno Caramori conhece o Hospital e Maternidade Tereza Ramos em Lages -, passou por uma série de investimentos do governador Luiz Henrique da Silveira. E lá passou a funcionar a UTI neonatal, com 108 leitos novos; a central de esterilização, totalmente nova; o centro obstétrico, totalmente novo e ainda houve a contratação de 268 funcionários, através de concurso público, totalizando 639 funcionários.

Mas o que chama a atenção é essa "ambulancioterapia", que as pessoas falam que continua acontecendo, mas em Lages deixou de acontecer por causa do Hospital e Maternidade Tereza Ramos.

Hoje, o Hospital e Maternidade Tereza Ramos serve de referência, srs. deputados e deputado Manoel Mota, na área de gestação de alto risco no estado de Santa Catarina. Várias pacientes do oeste, do norte, inclusive de Joinville, onde foi feita uma reportagem num jornal local, estão sendo encaminhadas até de helicóptero pelo Samu para esse hospital, pela sua eficiência e pelo trabalho que foi feito pelo governo Luiz Henrique na sua recuperação e modernização.

Eu faço questão de aqui registrar isso e não sou eu que falo, são os jornais que divulgam que pacientes de outras regiões do estado, deputado Pedro Uczai, estão sendo levados para Lages e os de Lages, que antes vinham para Florianópolis, estão ficando lá.

Eu também quero registrar que quando esse hospital retornou ao estado, eu era secretário Regional. Houve um susto, houve críticas que o estado iria tomar o hospital e nada iria fazer em prol dele. Nós debatemos na época que a retomada era para a melhoria do hospital e que foi feito um acerto amigável com o prefeito Raimundo Colombo, e a prefeitura entregou novamente o hospital para o estado. Essa é a prova do investimento do estado.

Mas agora, deputados Reno Caramori e Sílvio Dreveck, nós vamos, nos próximos dias, inaugurar mais 4.000m² daquele hospital. A frente está totalmente nova; ele terá oito leitos para pacientes queimados, o que é inédito no estado, em Joinville parece-me que há alguma coisa; esse hospital vai ser, enfim, um hospital referência no estado em pacientes queimados e será também maternidade. São 4.000m² de área totalmente reformada, já tendo sido iniciada a construção do prédio para que ele possa também fazer a ressonância magnética, que esperamos que em 90 dias seja concluída.

Por isso que eu faço questão de fazer referência às ações do governador Luiz Henrique, porque é muito fácil chegarmos aqui na tribuna e criticar. Eu sei que há defeitos e estamos aqui para procurar e melhorar aquilo que não está bom, mas temos que ter a hombridade de chegarmos neste plenário, nesta tribuna para também levantarmos e mostrarmos aquilo que está sendo feito para a nossa região, que são os pequenos hospitais para a saúde da serra catarinense e para a cidade de Lages.

Mas, srs. deputados e deputado Serafim Venzon, uma pesquisa que saiu num jornal, a pesquisa do Instituto Mapa, mostra como se saiu o governador Luiz Henrique pelas suas ações nas regiões com maior aceitação. Eu quero registrar aqui na tribuna desta Casa e aos telespectadores da TVAL que mais de 80% dos entrevistados não desaprovam o governo de Luiz Henrique. Isso, segundo a pesquisa do Instituto Mapa. Mais de 80% não desaprovam, ou melhor, somente 18% dos entrevistados em todo o estado de Santa Catarina desaprovam o governo de Luiz Henrique.

Então, é o povo falando, não somos nós que estamos falando. É uma pesquisa científica realizada pelo estado de Santa Catarina e essa é uma prova de que o governo da descentralização é o caminho e não adianta nós ficarmos aqui batendo na descentralização! Quanto mais se fala contra, mais cresce o índice de aprovação do governo por toda Santa Catarina de Luiz Henrique.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Elizeu Mattos, eu queria saudar v.exa. por abordar um assunto tão importante. A população catarinense vem crescendo e o número de leitos hospitalares ocupados vem diminuindo graças ao trabalho preventivo, a uma porção de ações de epidemiologia, de ações de vigilância que a secretaria da Saúde vem implementando.

O que eu destacava, hoje, nesta tribuna, eram justamente essas grandes ações da secretaria da Saúde. Agora, é muito importante a implantação de um hospital de alta complexidade em Lages, pois ele vai atender gestantes de alto risco, naturalmente vai atender também as que não são de alto risco, mas vai atender, principalmente, as gestantes de alto risco.

Parabéns à secretaria Regional de Lages e, como v.exa. colocou, parabéns ao governo de Santa Catarina, que vem descentralizando as ações de diversos setores, inclusive as da saúde.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Eu quero ressaltar também, deputado Serafim Venzon, que as mães que têm filhos internados naquele hospital têm alojamento para acompanhá-los dentro do hospital, com refeição, com cama, enfim, um alojamento completo para acompanhamento dos seus filhos internados.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eu só quero dizer que o jornal *O Dia* mostrou a pesquisa que foi feita de que o governo está no caminho certo. Esta é a decisão do povo de Santa Catarina, apenas 18% são contra o governo.

Então, acho que estamos no caminho certo e o governo está de parabéns.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Agradeço o seu aparte, deputado Manoel Mota.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Edison Andrino, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, ontem, pela manhã, esta Casa, numa atitude acertada, realizou uma audiência pública, que foi presidida pelo deputado Joares Ponticelli, com a participação de alguns deputados deste Parlamento, para tratar de um dos assuntos mais importantes deste mês em Santa Catarina.

Esse assunto diz respeito, deputado Moacir Sopelsa, à criação de mais uma reserva extrativista nos municípios de Imbituba e de Palhoça. Não sou contra a criação de unidades de preservação permanente, mas temos que ter muito cuidado, principalmente quando essas iniciativas partem de cima para baixo, sem a participação efetiva da comunidade.

E o que mais me surpreendeu, deputado Joares Ponticelli, foi a impotência dos prefeitos eleitos democraticamente pelos seus municípios, Garopaba e Imbituba, onde provavelmente a economia será afetada positiva ou negativamente, onde o perímetro urbano das duas cidades são atingidas pela criação dessa unidade de preservação e os prefeitos simplesmente não podem fazer nada!

Imaginem v.exas. eu ser eleito prefeito dessa cidade e de repente cria-se em Brasília, por decreto ou por resolução, o que é pior, porque ultimamente as legislações ambientais, as decisões ambientais, as regras ambientais que predominam neste país não são oriundas do Congresso Nacional, são oriundas de decisões de tecnocratas dos órgãos ambientais de Brasília...

Eu batalhei muito pela criação da Reserva do Arvoredo e, juntamente com o deputado do PT Vánio dos Santos, lutamos para transformar a Reserva do Arvoredo, o qual encabeçou recentemente e acertadamente, nesta Casa, uma luta para tentar resolver uma pendenga histórica, que é a questão do Parque do Tabuleiro.

Srs. deputados, nós temos uma série de pendengas ambientais para resolver em Santa Catarina. Não resolvemos uma e já inventamos de criar outra aqui mesmo em Palhoça!

Eu já participei de dez audiências públicas, nesta Casa, inclusive, com este plenário cheio, para resolver o problema de uma fatia importante da população de Palhoça que é afetada diretamente pelo Parque do Tabuleiro e que não há solução. Pela maneira que está sendo tratada, não há solução, a não ser se houver uma decisão política do governador e desta Casa, separando aquela área da BR-101 para o mar e da BR-101 para a serra.

Mas volto a falar, deputado Moacir Sopelsa, nessa questão da Reserva do Arvoredo, que nós lutamos para transformá-la num parque. É bem verdade que foi uma iniciativa ambiental importante, mas nós tínhamos que ter levado em consideração os pescadores de Garopaba, de Porto Belo que não puderam mais ter a sua atividade no mar, frente a esses municípios. E ontem esta Casa teve a oportunidade de fazer um grande debate sobre essa reserva extrativista, na minha maneira de ver, precipitada.

O prefeito tem que ser ouvido. Como é que os prefeitos de Imbituba e de Garopaba ficam totalmente impotentes para opinar sobre uma decisão de Brasília que afeta diretamente o futuro dos seus municípios?!

Ontem, eu assisti a rebeldia de alguns prefeitos, que estão até fazendo trambolim político, e não pode ser diferente! E eu quero dizer aos deputados que não pode ser diferente. A precipitação do governo leva você a explorar também eleitoralmente essas decisões precipitadas do governo federal! Mas sobre uma coisa nós temos que começar a nos manifestar nesta Casa: o Congresso Nacional tem que começar a legislar sobre matéria ambiental!

Recentemente o Conama baixou uma resolução proibindo que em área de restingas, a 300 metros da beira do mar, nada poderia ser construído.

Eu tive a oportunidade de participar de uma reunião em Balneário Gaivota, a convite do prefeito, que, sem tomar conhecimento com muita profundidade do que ocorria na gestão anterior, assinou um termo de compromisso, num ajustamento de conduta, onde ele se compromete a não permitir mais nenhuma construção a 300 metros da praia. Só que o Balneário Gaivota, todo o seu balneário turístico, está dentro da faixa de 300 metros! E ele tinha que pagar, deputado Pedro Baldissera, R\$ 500,00 por dia de multa da prefeitura por um ajustamento de conduta feito pelo seu antecessor. Porque ele tinha, além de não permitir nenhuma construção nova, que demolir, deputado Edson Piriquito, todas as construções que já existiam em Balneário Gaivota. Inclusive o prefeito é irmão do ex-deputado Leodegar Tiscoski.

Mas aí, srs. deputados, entra uma discussão. O que é restinga? Na realidade, o governo federal, através dos seus órgãos ambientais, o Instituto Chico Mendes e o Ibama, tem que discutir essa questão com mais profundidade!

É a mesma situação agora do campo dos padres, na região da serra catarinense, que atinge 80% da economia daquela região, e eu pergunto: quem vai alimentar essa gente? O governo federal, com bolsa família? Eu acho que não.

Então, temos que buscar decisões, como a que esta Casa trouxe ontem, no sentido de o governo federal tratar dessas questões que são importantes para a questão da preservação do meio ambiente, mas no mínimo ouvindo os prefeitos dos municípios aonde essas entidades serão criadas.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Edison Andriano, eu quero cumprimentá-lo porque esse tema precisa vir muitas vezes a esta tribuna e a este plenário, além das audiências públicas das comissões.

Em segundo lugar, ontem foi um momento privilegiado para ouvir as diferentes posições e ficou claro que a maioria é contra as resex em Imituba e em Garopaba. Por outro lado, no momento em que se permitiu que fossem realizadas audiências, reuniões, o prefeito subestimou esse debate, subestimou esse processo interno de discussão e a construção do respeito aos pescadores artesanais.

Segundo ponto: não há proposta das Resex naquela área, porque é uso sustentável, é a lâmina da água e o máximo que vai atingir é o que já é terra da União, que são os 33 metros. Mas muitas pessoas estão dando outra versão para dividir a comunidade e não garantir o direito dos pescadores artesanais, que eu defendo a necessidade da democracia, mas também defendo a necessidade de preservar o meio ambiente, porque senão vai ser campanha eleitoral antecipada e a especulação imobiliária vai destruir o nosso litoral.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, servidores e servidoras deste Poder Legislativo, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, eu queria voltar à questão que eu falei anteriormente sobre a indenização garantida pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina às viúvas dos policiais militares, dos soldados Joel Domingos e Sérgio Burati, explicando a situação e os fatos como eles ocorreram.

Eles estavam de serviço e trabalhavam em blitz de trânsito num daqueles microônibus onde trabalham quatro, cinco, seis policiais. Mas eles estavam retornando para o quartel quando ouviram o chamado pelo rádio que estava ocorrendo um assalto numa agência bancária, na cidade de Criciúma. É óbvio que eles se dirigiram imediatamente para o local, chegando antes das outras viaturas, até porque estavam mais perto. Quando chegaram lá perceberam que não era um alarme falso, que estava efetivamente ocorrendo um assalto. Posicionaram-se, então, atrás da viatura para se protegerem de um possível disparo vindo de dentro ou da porta de acesso ao banco.

O que eles não esperavam e que nenhum policial naquela circunstância esperaria é que no ponto de ônibus, atrás deles, havia outro marginal, outro assaltante com um fuzil dentro de uma capa para violão, como se estivesse esperando o ônibus. Ele sacou esse fuzil e atirou em rajada contra todos os policiais que estavam ali completamente desprotegidos, pela posição em que se encontravam. Se eles estavam se protegendo atrás da viatura, estavam com a viatura entre eles e o banco, esperando que os tiros pudessem vir de lá. Mas um outro assaltante estava na retaguarda, atrás deles, com um fuzil dentro da capa de um violão. Ele disparou em rajada e matou na hora o soldado Sérgio Burati e o soldado Joel Domingos ficou ainda internado mais de uma semana no hospital, vindo depois, infelizmente, a falecer.

Nós fomos ao enterro do soldado Sérgio Burati, no cemitério de Barreiros, uma vez que ele era daqui da Grande Florianópolis. As contas da internação do soldado Joel Domingos, que ficou mais de uma semana internado, foram de R\$ 41 mil. Destes, o plano de saúde pagou 70% e o servidor 30%, restando R\$ 12 mil a pagar. A viúva do Joel está até hoje pagando R\$ 205,00 todos os meses para o tratamento do marido dela que faleceu! Isso, evidentemente, é um prejuízo não só para a esposa, mas também para os filhos do Joel Domingos.

Aí vemos a que situação os policiais militares e servidores da segurança são submetidos. Vão trabalhar correndo risco de vida todos os dias, e quando acontece uma tragédia dessas, ao invés de as instituições acudirem para garantir os direitos dos familiares, que é condição para que todos os outros continuem trabalhando com empenho, o estado recorre, não quer que a viúva tenha o direito de receber indenização para pagar a conta dos prejuízos, dos gastos médicos para tentar salvar a vida do policial.

Felizmente prevaleceu a justiça, a comarca de Criciúma teve essa posição, houve recurso por parte do estado, e o Tribunal de Justiça garantiu a sentença agora no dia 22 de fevereiro. Como falava antes, o que espanta são os argumentos do advogado que foi defender os interesses do estado, e é sua obrigação fazê-lo, que, a bem da dignidade do servidor da segurança e da condição para que o policial e o bombeiro continuem trabalhando com empenho, jamais poderia dizer que houve negligência e imprudência por parte dos policiais, o que, em hipótese alguma, e sobretudo nessa ocorrência, é uma ofensa aos servidores da Segurança Pública. Com certeza esses senhores não fazem a menor idéia do que é ser policial.

Vamos supor, deputado Reno Caramori, que eu sou um policial que faz blitz e estou passando na frente de um banco onde está acontecendo um assalto. As pessoas me chamam para atender a ocorrência e eu respondo: "Não posso, eu sou da blitz." Os advogados do estado argumentaram isso, disseram que os policiais não deveriam ter atendido a ocorrência, porque eles não eram para atender assalto, eram para fazer blitz.

Alguém da sociedade aceitaria o argumento de um policial que alegasse não poder atender uma ocorrência de assalto, porque não é um policial desse tipo de ocorrência? É óbvio que não aceitaria! E as circunstâncias dessa ocorrência me garantem e me dão toda certeza de que não houve uma vírgula de imprudência, de negligência dos policiais, porque foram metralhados pelas costas por um bandido armado com um fuzil. Os policiais estavam de coletes, tanto que os tiros de revólver e pistola pararam no colete, mas o bandido estava com um fuzil, e o colete à prova de balas que nós usamos não segura o tiro de fuzil, que atravessou o colete, e também os dois companheiros.

Dizem ainda que houve imprudência e negligência dos policiais. Nós até pedimos para a Procuradoria Geral do Estado orientar melhor os advogados que atuam em nome do estado nesses casos, para não falarem ou escreverem bobagens dessa natureza que ofendem o conjunto de servidores.

Mas queria falar também da visita que fizemos ao oeste e ao extremo oeste do estado no último final de semana, de quinta-feira até domingo. Fomos às cidades de Chapecó, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Saudades, Cunha Porá, Mondai, e Xaxim. Falamos e ouvimos principalmente os praças, e descobrimos que em muitos municípios daqui a cinco anos não teremos mais policial, ou vai sobrar apenas um, porque os outros vão-se aposentar de tão antigos que são, e vai sobrar um para fechar a porta do quartel e dizer que encerrou a Polícia Militar daquela cidade. São várias cidades que estão nessa situação.

Em Saudades fomos recepcionados pelos policiais e pelo prefeito, sr. Vilson Warmling, que nos convidou para a VI Efaic que vai acontecer nesse final de semana, naquela cidade. O assunto principal da pauta foi a construção do quartel da Polícia Militar em Saudades, porque assim como em Seara, naquela mesma região, existe uma realidade na estrutura física da Polícia Militar que é vergonhosa para a nossa instituição e para o estado. São casas caindo aos pedaços, em algumas é perigoso andar dentro, trancar a perna e quebrar. Em Seara é essa a realidade.

Em Saudades, estamos há dois anos levando essa reivindicação às autoridades. A prefeitura já deu o terreno naquele município e em Seara, e agora falta um aporte financeiro do governo do estado para construir o quartel, que não é grande, uma vez que o efetivo é pequeno, de seis a 10 policiais. Está faltando esse empenho por parte das autoridades de segurança pública, e há uma pergunta por parte das autoridades da região: será que é só a região sul que ganha quartel novo e delegacia nova? Será que o oeste e o extremo-oeste não podem ganhar?

Quantas reivindicações dos praças, além da Lei n. 254, é claro, que sempre é uma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Sr. deputado, interrompendo o seu brilhante pronunciamento, gostaríamos de registrar, pois já está-se despedindo, a presença do sr. Celito Cardoso, diretor do Instituto Maximiliano Gaidzinski, um centro de excelência, uma faculdade de cerâmica no sul do estado. Com a sua permissão, gostaria de dar-lhe as boas-vindas.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente, apenas gostaria de garantir o tempo.

A reivindicação dos praças em toda a região, assim como no estado inteiro, é a questão da Lei n. 254, mas há outro tema, como o plano de carreira.

Gostaria que a Presidência me garantisse pelo menos 1min30seg para concluir o meu raciocínio.

Mas outra questão que poderia ser resolvida, sr. presidente e srs. deputados, especialmente os da bancada do governo, é a questão do plano de carreira. Temos vagas sobrando de segundo-sargento, de terceiro-sargento e de cabo, tanto na Polícia Militar quanto no Corpo de Bombeiros. Aliás, das vagas de terceiro-sargento, a maioria está sobrando tanto na polícia quanto nos bombeiros. Temos vagas de segundo-sargento sobrando! Temos vagas de cabo sobrando! Estão em aberto, e ao mesmo tempo temos soldados e cabos com 20 e tantos anos de serviço esperando serem chamados para o curso!

Se a Lei n. 254 é mais difícil de implantar, porque requer recurso financeiro, apelamos ao governo do estado, às autoridades de segurança, em especial ao governador, que dê uma olhada nesta questão, porque o plano de carreira está congelado, quando existem plenas condições, sem gasto financeiro, de garantir o seu funcionamento e o atendimento dos direitos legítimos de centenas de praças pelo estado afora.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente e srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Quero destacar, sr. presidente, a presença nesta Casa da ex-integrante deste Parlamento, ex-deputada federal, candidata ao senado, presidente estadual do Partido dos Trabalhadores, a ex-deputada Luci Choinacki, que hoje visita a nossa Casa Legislativa. Seja bem-vinda, deputada Luci Choinacki, a esta Casa que v.exa. serviu e, com certeza, bem serviu à sociedade catarinense.

Mas o assunto que trago na tarde de hoje, sr. presidente e srs. deputados, diz respeito às distribuições de subvenções sociais, de recursos do chamado Fundo Social, Fundo Cultural e outros fundos do governo do estado. Eu diria os fundos de campanha do governador Luiz Henrique; fundos que serviram para a reeleição do governador; fundos que ajudaram tantos outros amigos do governador na empreitada político-eleitoral. Fundos que certamente estão prontos para servir também aos aliados do governador na eleição municipal que se avizinha.

É importante falar sobre isso agora, deputados Reno Caramori e Silvío Dreveck, porque daqui a pouco, quando os partidos de Oposição ao governo começarem a investigar a aplicação desses recursos e a denunciar o uso da máquina, certamente não faltarão aqueles que virão a esta Casa dizer que estamos querendo ganhar as eleições no tapetão, quando esquecem que em Criciúma fizeram exatamente o mesmo.

Aliás, em Criciúma, deputado Clésio Salvaro, que preside a sessão, é bom lembrar que o PMDB, neste mandato, já caçou dois prefeitos. Caçou o prefeito Décio Góes para dar o mandato para o Antonelli, e agora caçou o próprio Antonelli, que, parece-me, não servindo aos caprichos do presidente todo-poderoso Eduardo Pinho Moreira, não ganhou o direito sequer de disputar a reeleição. Com isso o próprio PMDB, através da sua liderança máxima, ninguém menos que o todo-poderoso Eduardo Moreira, reprovou publicamente o governo do Antonelli, caçando a sua candidatura natural de reeleição a prefeito.

E quando perguntados, o presidente estadual Eduardo Pinho Moreira e o presidente municipal Ronaldo Benedet, por que o Antonelli não teve o natural direito de disputar a eleição, ambos responderam: "Ele não deu carinho aos peemedebistas." O que será que significa dizer que o prefeito não deu carinho aos peemedebistas? Será que é carinho de carinho, ou é carinho dito por um italiano como eu, que às vezes chamo "carrinho" de carinho? Não é, deputado Reno Caramori? Às vezes chamamos "morro" de "moro". Talvez o carinho que o dr. Eduardo Moreira disse que Antonelli não deu para os peemedebistas tenha sido dito por alguém com dificuldade de pronúncia. Talvez quisesse dizer carinho, carões, sei lá, porque reclamar de um prefeito por não dar carinho... Será que esse carinho não tem outro sentido?

Sr. presidente Clésio Salvaro, é preciso compreender o sentido desse cassar um companheiro e não permitir que ele dispute a reeleição, até porque seria a primeira oportunidade para Antonelli se eleger de verdade, na outra ele não se elegeu, quem se elegeu foi o Décio Góes. Eles ganharam na Justiça, e não foi tapetão, e agora não deixaram Antonelli provar que merecia ser o prefeito de verdade, eleito. Não deixaram o Antonelli disputar a reeleição dizendo que faltou carinho aos peemedebistas e ao grupo de Eduardo Moreira, de Ivo Carminati, de Ronaldo Benedet e de não sei mais quem daquela turma do PMDB de Criciúma que Santa Catarina conhece e o governo também.

Aliás, deputado Décio Góes, para aquela turma foram distribuídas subvenções, deputado Manoel Mota, e v.exa. conhece as instituições. Para o Rincão Praia Clube foram repassados R\$ 250 mil! Uma entidade particular. A quem interessar possa, o Rincão Praia Clube é uma sociedade particular. São R\$ 250 mil! Aqui no Rincão, no município de Içara.

Há outra prestação de contas que eu recebi agora de uma entidade particular do município do deputado Manoel Mota, de R\$ 300 mil para fazer um carnaval. Mas foi um carnaval com o dinheiro público! Estou com as notas agora, deputado Manoel Mota, de entidades que nós conhecemos. Eu vou começar a trazer uma a uma aqui. Uma prestação de contas no valor de R\$ 300 mil para um carnaval em Araranguá que é um escândalo! Um escândalo! E o senhor sabe quando foi e para quem foi. Vou trazer, a partir de amanhã, todos os dias, uma nota fiscal, porque agora é preciso mostrar esse negócio de ONGs, de entidades, isso está na moda discutir!

E vou trazer mais detalhes agora sobre o filme "Quebrador de corações", deputado Décio Góes. Foram liberados R\$ 1,2 milhão, deputado Serafim Venzon, pelo governo de Santa Catarina, para a produção do filme "Quebrador de corações". Sabem quem é o produtor deste filme? Roberto Carminati Produções Artísticas. Sabem quem é Roberto Carminati? Sobrinho do secretário, primeiro ministro Ivo Carminati, que me parece que agora é também prefeiturável de Criciúma depois da cassação do prefeito Antonelli, patrocinada pelo dr. Eduardo Moreira.

Sr. deputado Décio Góes eu nunca vi disso! Que força tem esse Eduardo Moreira! Cassou o mandato de v.exa. e agora cassou o mandato daquele que colocou na cadeira que pertencia ao senhor, cassando o seu próprio colega.

Santa Catarina e esta Casa precisam falar dessas coisas, das coisas nossas, de Santa Catarina, que estão acontecendo em elevado volume.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - O próximo orador inscrito em Explicação Pessoal é o deputado Jean Kuhlmann por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente e srs. deputados, quero aqui trazer alguns assuntos.

E antes até de falar para o deputado Joares Ponticelli sobre a questão dos fundos, quero primeiro parabenizar, como membro do Democratas, o nosso D25, o deputado Darci de Matos. Estive lendo um jornal dele ontem, em Joinville, quando fomos à inauguração do seu escritório para toda a comunidade. E realmente gostaria de parabenizar o deputado Darci de Matos que mostra a sua popularidade, mostra o seu carinho com a comunidade de Joinville, ele que fez uma bela inauguração do escritório, que foi ampliado, funcionava em outro local e agora passa para um local mais amplo, mais condizente com a comunidade de Joinville, para atender melhor aquela população.

Meus parabéns ao deputado Darci de Matos! E parabéns por sua postura, porque ontem, deputado Manoel Mota, quando perguntaram ao deputado se ele iria também entrar na Justiça contra aqueles parlamentares, aqueles representantes de Joinville que quiseram questionar um *outdoor* seu, em dezembro do ano passado, que entraram na Justiça contra o deputado, e depois de entrarem na Justiça foram colocar *outdoors*, o deputado Darci de Matos falou com muita altivez e disse: "Eu faço política trabalhando as questões positivas e não procurando picuinhas nos outros partidos políticos."

Parabéns ao deputado Darci de Matos, que mostra que é assim que se faz política e que mostra, efetivamente, deputado Reno Caramori, que não adianta ficar entrando com ações na Justiça contra uma pessoa, se esta pessoa, na prática, vai lá e faz a mesma coisa. Então, não é desta forma.

Por isso, quero parabenizar o deputado Darci de Matos e também, srs. parlamentares, o governador Luiz Henrique, pois enquanto o deputado Joares Ponticelli vem aqui utilizar a tribuna para criticar os fundos, deputado Manoel Mota, ontem, na última segunda-feira, o governador Luiz Henrique esteve em Blumenau, liberando recursos do Fundo Estadual de Saúde, na ordem de aproximadamente R\$ 6 milhões. Para ser mais exato, foram R\$ 6.250.000, do Fundo Estadual de Saúde, para os hospitais de Blumenau. Sendo R\$ 3 milhões para o hospital Santo Antônio, que faz um papel de hospital regional, R\$ 1.950.000 para o hospital Santa Izabel, para a sua estruturação, e aqui o deputado Serafim Venzon sabe o papel deste hospital e o quanto é importante esse investimento, e também R\$ 1.300.000 para o hospital da Furb, que vai atender a região norte de Blumenau.

Então, isso, sim, é saber aplicar os fundos. E o governador Luiz Henrique mostrou com muita habilidade e com muito carinho à comunidade do médio vale do Itajaí o quanto gosta dessa população, aplicando os recursos na área da Saúde, com convênios do Fundo Estadual de Saúde, na ordem de mais de R\$ 6 milhões.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede uma aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Parabenizo v.exa. pelo trabalho que desempenhou no governo e agora vem desempenhando no Parlamento. E se os hospitais estão sendo contemplados, evidentemente que isso é fruto do seu trabalho, e tem que ser reconhecido.

Mas quero falar do eminente deputado Joares Ponticelli, a quem tenho chamado de caratoca, porque ele fala e some, ninguém consegue pegá-lo aqui. Acho que vamos ter que colocar chave na porta, porque ele fala e desaparece. Ele inventa e desaparece.

O jornal *A Notícia*, de domingo, na coluna do jornalista Cláudio Prisco Paraíso, diz o seguinte: "Renovação como imposição. Isolamento do casal Amin." Quem está dizendo isso é um deputado do PP - e aqui não precisa inventar, porque está tudo na imprensa, na coluna -, o Pizzolatti, que vem sendo massacrado pelo casal.

Mas estou vendo aqui na foto o deputado Joares Ponticelli fazendo um pronunciamento. Vejo o ex-deputado Hugo Biehl de cabeça baixa para um lado, quer dizer, o partido está desagregado.

E aí o deputado Ponticelli se preocupa com o PMDB de Criciúma. Ele tem que se preocupar com o PP de Tubarão, que, eu já disse, não tem sequer candidato. E uma vergonha Tubarão não ter candidato do PP a prefeito. Ele, sendo deputado, será que não vai ser candidato? Será que é tão fraco assim, que não é candidato em Tubarão?

Eu tenho convicção de que se eu colocar o meu nome em Araranguá, eles tremem. E o eminente deputado, que vem aqui fazer crítica, não diz nada.

Então, lamentamos profundamente que ele não cuide do seu partido. Como presidente do seu partido, deve cuidar da sua agremiação, pois vai muito mal em Santa Catarina, já que são muitas as derrotas no estado. Depois, então, é que poderá pensar em cuidar dos outros partidos.

Quero cumprimentar v.exa. Se eu não puder falar hoje, volto amanhã, mas não poderia deixar passar em branco o fato do caratoca criticar e desaparecer.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - É um prazer, deputado Manoel Mota, e realmente é triste quando alguém utiliza a tribuna e não tem coragem de ficar para ouvir também o posicionamento dos demais partidos.

Quero aqui, como sempre, de forma construtiva desta vez, parabenizar o governador Luiz Henrique, porque tratou a Saúde de Blumenau, a Saúde do médio vale do Itajaí, na última segunda-feira, como jamais vi alguém tratar. Assim, quero parabenizar tanto o governador quanto o secretário Dado Cherem, que faz um grande trabalho, pois não são todos os dias, nobres deputados, que se libera para uma cidade três convênios. E vou repetir, porque o valor é muito grande: R\$ 3 milhões para o Hospital Santo Antônio e R\$ 1,95 milhão para o Hospital Santa Izabel, para ajudar na manutenção do seu sistema de saúde. Além disso, liberou R\$ 1,3 milhão para viabilizar, de uma vez por todas, o hospital universitário, para que a Furb, com toda a sua capacidade e habilidade, possa atender a comunidade e fazer um trabalho em conjunto, permitindo - e o deputado Serafim Venzon sabe disso porque é médico - que cada hospital possa trabalhar na sua área de forma vocacionada, permitindo que os hospitais, em conjunto, possam fazer um trabalho para a região, mantendo cada um o seu nicho de atendimento, de forma especializada, não só atendendo bem a comunidade, mas também se mantendo bem para atender cada vez melhor a população.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - V.Exa. me concede uma aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Deputado Jean Kuhlmann, quero parabenizar v.exa. por estar trabalhando em favor de uma cidade e de uma região. Quando se atende um hospital, está-se atendendo um ser humano, uma família. E v.exa. tem demonstrado competência quando trabalha em favor de Blumenau e de toda a região.

Quero dizer também que tenho na pessoa do secretário Dado Cherem, no colega deputado, uma pessoa também disposta a dar o atendimento necessário a todos aqueles hospitais que têm merecido a atenção do governo do estado.

Mas fiz este aparte exatamente para fazer o registro e cumprimentar v. exa. pelo excelente trabalho que tem feito em favor da gente Blumenauense.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Quero aqui acrescentar as suas palavras ao meu pronunciamento, deputado Marcos Vieira, e mostrar que o secretário Dado Cherem e o governador Luiz Henrique da Silveira não estão preocupados apenas com grandes liberações para grandes municípios. Tive a felicidade de, na semana passada, conversar com o secretário Dado Cherem e pedir sua intervenção junto ao Hospital Oase, de Timbó. E o secretário Dado Cherem já determinou a realização de um convênio de aproximadamente R\$ 120 mil para garantir, naquele hospital, a recolocação dos equipamentos de informática, a informatização daquele hospital, além da melhoria da lavação para atender mais e melhor os pacientes e a comunidade. Isso mostra, realmente, que o secretário Dado Cherem não é uma pessoa que se preocupa em liberar recursos apenas para as grandes obras, mas também para um hospital como o Oase, de Timbó, como o hospital de Gaspar e também como já foi feito com o Hospital Beatriz Ramos, de Indaial.

Fica patente que a saúde tem a sua devida atenção e que é importante para o vale do Itajaí e para Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente, gostaria apenas de registrar a presença nesta Casa do vereador Sargento Carlinho Buratto, da cidade de São Miguel d' Oeste, vereador do seu partido, deputado Edson Piriquito, aprasquiano da cidade de São Miguel d'Oeste.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Professor Grandó, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, companheiros deputados, companheiras deputadas, o que trago hoje a este plenário é uma notícia do *Diário Catarinense*, muito alvissareira para todos nós, que diz que o Banco do Brasil vai investir R\$ 18,2 bilhões em Santa Catarina.

Esse convênio foi assinado com o superintendente do Banco do Brasil e com o nosso governador Luiz Henrique da Silveira. Mas o que objetiva esse convênio? Isso é importante? É um modelo de desenvolvimento deste estado, construído pela gente catarinense, pelos governos anteriores, mas que está tendo o reconhecimento nacional de uma instituição séria que vai investir mais de R\$ 3,6 bilhões por ano, já que são R\$ 18,2 bilhões num prazo de cinco anos. Em que programa? Em programas da agricultura, da nossa agricultura, que é modelo.

Srs. deputados, o que me chamou a atenção foi a captação da água dos telhados, ou seja, o uso e o reuso da água. E temos um projeto de lei nesta Casa que estabelece uma política pública para o uso e o reuso da água, porque sabemos que os bancos vinculam a economia de cada país, que assinaram a Eco-Rio e reforçaram a Rio+10 na África do Sul, e que o dinheiro do financiamento tem que servir também para cuidar do meio ambiente, seja em que atividade for: industrial ou agrícola. Então, serão feitas exigências.

Srs. deputados, quando estávamos na Fatma fizemos um ajuste de conduta entre os suinocultores, as empresas integradoras e o governo do estado, junto com o ministério Público, no sentido de que todo chiqueiro ou galinheiro para ter a sua construção liberada teria um prazo de cinco anos para captar água do telhado, ter uma cisterna para dar uma sanidade melhor ao suíno e aos nossos frangos, que são da exportação.

Esse é um projeto que está sendo colocado na prática e elogiado, pois não precisaria mais tirar a água lá do lençol freático, do riacho. Por quê? Porque calculamos que um telhado de 800 metros, pela precipitação das chuvas no oeste catarinense, deputado Reno Caramori, principalmente na sua região, nos dá 90 mil milímetros de água por mês. Isso significa três mil litros de água por dia que pode ser usado na higiene ou na sedentação do próprio animal sem contaminar e sem usar a água dos riachos ou dos lençóis freáticos.

Srs. deputados, este foi um programa elogiado até pelas Nações Unidas, num ajuste de conduta, por isso a suinocultura de Santa Catarina está sendo exportada e merecendo reconhecimento.

Então, o uso e o reuso da água prevê a água da chuva em áreas rurais com o financiamento de cisternas, açudes e a inclusão de 20 mil famílias no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura - Pronaf, que é um belo programa do governo federal.

Então, o importante são essas parcerias que se estabelece entre os órgãos federais, estaduais, municipais ou entidades de classe, mas que beneficia, lá na ponta, diretamente o nosso agricultor. E se a nossa agricultura vai bem, o restante também vai bem.

E eu chamo a atenção nesta questão do Pronaf, porque esta Casa aprovou um projeto de nossa iniciativa, que trata do turismo rural na agricultura familiar. Quer dizer, aquelas propriedades, das 180 mil propriedades que temos no estado, não quero dizer todas, mas um percentual, poderão ser utilizadas para receber visitantes nos finais de semana, para que eles possam ver como é a atividade da roça, da colônia, como se faz um queijo, um vinho. E as pessoas poderão cavalgar, fazer passeios, ver cascatas, fazer festa e comer uma galinhada com polenta, quer dizer, são muitas atividades.

Srs. deputados, e se tiver uma casa estilo enxaimel, italiana ou açoriana para reformar, também poderá fazê-lo, porque esse projeto também vale para os pescadores, pois eles podem buscar esses recursos, porque essa verba existe no próprio Pronaf. E agora o Besc foi encampado pelo Banco do Brasil, nessa parceria que o governador Luiz Henrique da Silveira fez. Isso foi fundamental, decisivo, pois o Banco do Brasil terá a linha de crédito para incentivar esse turismo.

Então, o agricultor vai lá, faz o empréstimo com certa carência e poderá investir em um bom quarto para receber visitantes, poderá ter a sua estrada, feita pela prefeitura, até a sua casa, bem arrumada, evitando aquela questão de dizer que estão fazendo favor político para arrumar voto. Por quê? Porque aquela propriedade rural passou a ter um estímulo, pois está vendendo e atendendo. E, através da nota fiscal, o agricultor passará a ter uma função social. É um dever do poder municipal, assim como ajuda a indústria, ajudar o turismo rural também como forma alternativa de uma arrecadação a mais para o nosso agricultor. O agricultor poderá ter também um motor trifásico, podendo receber pessoas de interesse social, o que até então lhe é negado, sendo concedido somente para a pequena indústria.

Serão muitos benefícios que advirão, sem sombra de dúvida, porque a Epagri possui técnicos na área de turismo para agregar valores junto à agricultura familiar. E já existe um programa que é o Turismo na Colônia, que está junto com essa política geral do turismo da agricultura familiar. E agora, com esse convênio com o Banco do Brasil, realmente irá beneficiar o setor, principalmente o rural, para o qual já existe um grande programa que iniciou em governos anteriores, como o projeto das microbacias, no qual se tem como fundamento a solidariedade.

A Epagri está trabalhando em 934 bacias, envolvendo mais de 90 mil pessoas, das quais 80% são jovens que querem continuar na agricultura, que não querem ir para outros centros se marginalizar, mas que querem ter uma vida digna e convivendo com o planejamento de proteção ambiental. Por isso, se utiliza todo o planejamento do desenvolvimento em equilíbrio com a bacia hidrográfica. E Santa Catarina está sujeita a ter algo inédito, ou seja, termos saneamento primeiro para os agricultores, lá longe, assim como estamos tendo agora a energia elétrica, a luz, lá no interior, bastante distante, como função social. Quer dizer, ter saneamento na agricultura antes do que nas cidades, por falta de uma política conjunta com o governo federal, estadual e municipal, que é o responsável pelo saneamento, pois a lei assim determina, e temos que desenvolver. Então, vejamos exemplos de como o agricultor, lá no interior, através da bacia hidrográfica, pode ter o saneamento, e nas cidades ainda deixa muito a desejar.

Portanto, esse convênio merece o destaque da Assembléia. E o sr. governador, que representa o estado, merece também os nossos elogios, assim como o superintendente do Banco do Brasil, que disse claramente que esses R\$ 18,2 bilhões serão destinados para financiamentos das indústrias e da agricultura, fundamentalmente. E com isso o estado de Santa Catarina, que é modelo, vai ter garantido todo o seu desenvolvimento equilibrado e sustentável.

Srs. deputados, e eu dormiria tranquilo, como parlamentar desta Casa, desde o seu primeiro dia, se realmente desse certo aquele convênio estabelecido com o JBICs, no caso, com o Japão, para fazer o saneamento total do nosso estado. Ai, sim, poderíamos dizer que este é um estado de primeiro mundo, a Suíça brasileira. Mas isso vai ocorrer, pois vejo o esforço que está sendo realizado pela Casan, para modernizar o estado, e pelo próprio governador.

Santa Catarina, hoje, é uma marca pelo seu produto, e a sua gente tem orgulho dessa marca e, como consequência, vem a marca de todas as indústrias e de todos os produtos que são produzidos pelo nosso agricultor. Portanto, parabéns, Santa Catarina! Parabéns, governador! Parabéns, Banco do Brasil e governo federal. É essa parceria que realmente precisamos para beneficiar a nossa indústria e a nossa agricultura de forma sustentável, equilibrada, com o uso e o reuso da nossa água da bacia hidrográfica e do nosso turismo na agricultura familiar.

Obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Reno Caramori, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero registrar a presença da sra. Marli Junc Tum, do Silvio Brighoni, do Guido Rueckel e do Aldo Costa, de Rio Negrinho, que estão acompanhando os trabalhos desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Feita a saudação pelo deputado Serafim Venzon, v. exa. tem dez minutos para as suas considerações, deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, escutei atentamente as observações dos deputados que me antecederam. E é lamentável que o deputado Manoel Mota não esteja presente, pois nunca falei na ausência de um deputado, mas hoje sou obrigado a falar na sua ausência, porque ele incriminou o deputado Joares Ponticelli, que estava na sala de imprensa, quando do seu aparte no microfone, dizendo que o deputado Joares Ponticelli é um fujão.

Então, deputado Manoel Mota, eu lamento v. exa. não estar aqui presente, mas quero dizer que a sua observação é equivocada quando diz que o PP está desagregado, porque não está, deputado Manoel Mota. E agradeço pela sua presença aqui agora.

Quero dizer que o nosso PP é um partido progressista, não é um partido propagandista. Nós fazemos política com responsabilidade, com respeito, acima de tudo, ao nosso cidadão catarinense, à nossa juventude, ao nosso idoso, ao que viveu mais e ao que vive mais, ao nosso professor, ao nosso policial, ao nosso operário e ao nosso agricultor. Nós, sim, trabalhamos muito unidos. O PP está muito coeso, com muita responsabilidade. Somos seis parlamentares que estamos aqui fazendo o contraponto, mostrando aos catarinenses quanto é importante aplicar bem o dinheiro público.

Deputado Manoel Mota, o dinheiro aplicado no Carnaval eu acho que foi um pouco demais. Nós poderíamos tê-lo aplicado nos reservatórios de água, nos aviários, eis que há cinco anos o atual governo prometeu e não cumpriu nada. Trezentos mil reais dão para fazer algumas cisternas, não na época da seca, mas na época das chuvas, porque na época da chuva é que se captam as águas para fazer frente às estiagens.

Cada vez que dá uma seca o governo vem tentar socorrer. Mas não é por aí, pois precisamos prevenir. Como é que a formiguinha faz? Ela trabalha no verão para comer no inverno. Hoje, estamos vendo uma cigarra que só se manifesta, que só faz barulho na hora em que o sol esquenta. Então, é complicado!

Os recursos do fundo, deputado Joares Ponticelli, não têm sido muito bem aplicados pelo governo, pelo que eu tenho visto. O fundo é formado pelo ICMS, é parte dos 12% da saúde, é parte dos 25% da educação, são pinçados de lá e jogados onde o governador quer, para o Carnaval, para o rodeio, para o CTG, para entidades particulares. Nada contra essas entidades, em absoluto, mas temos que ter coerência, deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Vou ser muito breve. Eu estava recebendo a ex-deputada Luci Choinacki, que é presidente estadual do PT, que veio gentilmente nos trazer um convite para o aniversário dela e da senadora Ideli Salvatti no próximo sábado e que, se Deus quiser, eu vou comparecer.

Não preciso fugir, especialmente porque eu queria ouvir o deputado Manoel Mota explicar esse R\$ 1,2 milhão para o sobrinho do Ivo Carminati, em Criciúma. É isso que Santa Catarina quer saber!

Enquanto a CPI das ONGs está investigando esses R\$ 50 mil em Brasília, deputado Manoel Mota, esses R\$ 1,2 milhão para o sobrinho do Ivo Carminati, esses R\$ 500 mil para a Vera Fischer divulgar um filme dela, aqui está faltando dinheiro, deputado Reno Caramori, como v.exa. disse, para resolver o problema das cisternas.

Deputado Reno Caramori, foram destinados R\$ 250 mil para uma entidade que me disseram que o deputado Manoel Mota conhece, uma entidade particular: Rincão Praia Clube. E a partir de amanhã vou trazer nomes de entidades que o referido deputado conhece bem, para perguntar a ele quem intercedeu politicamente para liberar dinheiro a entidades que nós precisamos investigar!

V.Exa. vai ficar perplexo quando eu trazer a primeira nota fiscal amanhã, no valor de mais de R\$ 300 mil, para um carnaval de uma entidade particular, de um dono lá de Araranguá, que o deputado Manoel Mota conhece, e conhece bem! A partir de amanhã, vou trazer todos os dias uma nota.

Ele tem que vir à tribuna para responder sobre aquilo que estamos falando. Quando falamos sobre alho, ele tem que responder sobre alho e não sobre bugalho, porque ele faz aquela mistura toda, aquela gritaria e não responde nada.

Aí ele vem e diz: "Ah, o deputado Joares Ponticelli só faz isso porque não apresenta projeto". Não, ele tem ser pontual! Ele foi reeleito líder do PMDB para responder objetivamente como se explica esse R\$ 1,2 milhão para uma produtora do filme *Quebrador de Corações*. Isso não quebra só corações, isso quebra qualquer cofre público. Isso é quebrador do cofre do estado.

Repito, deputado Pedro Uczai: Roberto Carminati Produções Artísticas. Quem é Roberto Carminati? Sobrinho do primeiro ministro Ivo Carminati, que agora, parece, é o candidato à sucessão do segundo prefeito cassado por Eduardo Moreira, em Criciúma, que é o Antonelli. Primeiro cassaram Décio Góes, que foi eleito pelo povo. Colocaram o Antonelli. Agora, cassaram o Antonelli, que queria ser candidato.

Amanhã, vou trazer outras declarações do Antonelli, dizendo por que o PMDB não deixou mais ele ser candidato. A falta de carinho... Acho que não é carinho, com um "r" apenas.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Deputado Silvio Dreveck, assistimos pela televisão de Santa Catarina, dias atrás, o presidente da Associação Médica Hospitalar de Santa Catarina denunciar que nos hospitais públicos de Florianópolis faltam médicos, pessoal operacional, equipamentos, higiene. O povo catarinense assistiu a essa reportagem.

Não sou contra, em absoluto, sr. governador, a aplicação de recursos desses fundos, mas sou contra a má aplicação dos recursos, o direcionamento desses recursos. Vamos ser bons administradores, vamos tocar a nossa empresa, este grande estado, em todos os setores. Não podemos discriminar esse ou aquele município, esse ou aquele hospital. Temos que fazer uma boa equação para que todos os hospitais tenham condições de funcionar, principalmente no interior, para acabar com a famosa "ambulacioterapia".

Viajo de madrugada para a minha região. Daqui a Lages encontro, no mínimo, 50 ambulâncias, das 7h às 8h30min. Desde Dionísio Cerqueira, São Miguel d'Oeste...

O Hospital Regional de Chapecó, o maior investimento feito por um governo no oeste, está lá mal cuidado, mal assistido, porque o pessoal tem que vir para Florianópolis.

Deputado Manoel Mota, precisamos aqui falar aquilo que a nossa consciência realmente nos permite, dentro de um princípio, dentro de um respeito com o parlamentar, mas com o povo catarinense.

O Partido Progressista tem um cuidado muito grande, respeita o seu adversário, respeita a sua gente. É uma entidade política organizada, é uma entidade respeitada pela sua tradição, pelos bens que tem feito ao longo da história. É só nós assistirmos e ouvirmos a história do passado do nosso partido.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Lamentavelmente, o tempo está-se esgotando, mas quero dizer a v.exa. que 25% do fundo os municípios estão recebendo. V.Exa. precisa se informar melhor. V.Exa. não tem conhecimento sobre o assunto.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Tem que diminuir o bolo, deputado.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Segundo ponto: quem está dizendo é o deputado Pizzolatti que a situação está muito difícil dentro do PP e por isso perderam as eleições...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Eu só quero lembrar os srs. parlamentares que compõem com este deputado a comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano que será realizada uma audiência pública para tratarmos das informações a respeito do problema da SC-401, que a imprensa tem divulgado com muita ênfase nesses últimos dias.

Por isso, solicito aos srs. deputados da comissão e aos demais srs. deputados desta Casa que compareçam à reunião na nossa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Décio Góes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente e srs. deputados, eu queria, em primeiro lugar, parabenizar os sindicatos rurais, deputado Manoel Mota, da região do vale do Araranguá, porque no último fim de semana, mais precisamente no sábado, dia 8 de março, mais de 1.500 mulheres reuniram-se em Turvo para comemorar, mais do que isso, para reforçar, para acumular forças para o conjunto de lutas que vêm fazendo para a melhoria das condições da mulher agricultora em Santa Catarina.

Então, eu gostaria de parabenizar todos os sindicatos rurais, os que organizaram, os parceiros desse evento, que foi extremamente muito bonito, com muita força, com muita energia e muita organização.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eu só quero cumprimentá-lo pela sua participação. Acho que foi um dos maiores eventos do extremo sul, com 1.600 mulheres, numa organização extraordinária. Os sindicatos dos trabalhadores rurais estão de parabéns pela sua organização, pelo seu trabalho.

E nós, do vale do Araranguá, queremos agradecer a v.exa. a sua participação, a sua contribuição nesse grande encontro das mulheres agricultoras do vale do Araranguá.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Na verdade, foi um trabalho em conjunto, e todos nós tivemos a oportunidade de ajudar, de participar.

Também quero comentar as audiências públicas realizadas no dia de ontem. Pela manhã, foi realizada aqui na Assembléia Legislativa uma audiência pública sobre a reserva extrativista de pesca artesanal em Ibituba e em Garopaba. Foi uma reunião tensa, com as posições já tomadas, mais radicalizadas, sem dar espaço ao diálogo para o esclarecimento, para que o bom senso prevalecesse. De certa forma colocou amigos e vizinhos em situação de confronto, de disputa, beirando um pouco o campo pessoal. É esse o sentimento que eu fiquei da reunião.

Embora eu reconheça que o assunto é polêmico, extremamente polêmico, delicado, é necessário ter muita paciência e compreensão para incluir todos nesse processo de desenvolvimento sustentável, que é o objetivo de todos ali para aquela região, desde o mais simples, o nativo, ao mais graduado ou empresário da região. As premissas eu entendo que são favoráveis para isso.

Todos compreendem a importância da preservação ambiental, inclusive para o desenvolvimento do consagrado ecossistema do turismo da região. A área em questão, é bom frisar, já é uma Apa, a lei já determina que as lagoas, que os banhados, que as margens sejam áreas de proteção ambiental, independentemente serem áreas federais, estaduais ou municipais. O fato é que mais cedo ou mais tarde elas terão que ter um tratamento diferenciado.

Todos reconhecem que o Ibama, a Fatma, a Polícia Ambiental ou os órgãos municipais não têm conseguido fazer a fiscalização adequada. E o que se quer é impedir a pesca predatória, o roubo de sementes de marisco ou a pesca industrial, que se aproxima muito da costa, o lançamento de esgotos, a poluição, o uso em conflito de vários interesses, a especulação imobiliária. Enfim, é preciso criar uma norma, um consenso, para impedir isso tudo.

Agora, a ATP, por si só, não impede o desenvolvimento, como foi argumentado. O que impede é a falta de um plano de gerenciamento costeiro, a falta de um código ambiental preciso, ou seja, as leis complementares que o estado de Santa Catarina precisa fazer para poder tirar os entraves, de tanto que se fala da questão ambiental.

Então, temos uma tarefa importante de promover oportunidades, para que a comunidade possa cuidar desse espaço, se autofiscalizar, se auto-organizar, criar as suas regras. Eles poderiam criar os animais, como têm feito culturalmente; poderiam morar como moram, culturalmente; poderiam fazer os esportes que gostariam de fazer; poderiam fazer a pesca de todas as formas que quisessem fazer; poderia haver visitação de turistas, como querem fazer; poderia basicamente tudo, desde que todos concordem com tudo, criando, então, um conselho em que todos participem, um plano de manejo em que todos participem e um plano de uso da pesca que todos concordem.

Dessa forma, vamos criar um ambiente de auto-regulação, onde todos vão fiscalizar e sair ganhando. Esse é o amadurecimento da sociedade que esperamos ter mais cedo ou mais tarde, ou seja, uma postura de respeito com o ser humano, com a vida, com a natureza, com a cultura, com a tradição, com os costumes, evoluindo e criando, desta forma, uma economia e um desenvolvimento sustentáveis.

Então, esse é o ambiente que queríamos criar. Acho que aqui é uma Casa de diálogo, e o objetivo dessa audiência é encontrar pontos de convergências, aproximar as partes e a partir daí buscar a negociação, o entendimento e o desenvolvimento de um projeto comum.

Entendo que a nossa audiência pública teria que colaborar nesse sentido. Vamos ainda fazer uma autocrítica. Não conseguimos cumprir plenamente essa tarefa, pois temos muito ainda que avançar, mas estamos disponíveis e colocamos o nosso mandato à disposição nesse sentido de criar novas audiências. Enfim, esse processo não está com a faca no pescoço e pode durar o tempo que for necessário para esse amadurecimento acontecer.

Nesse sentido, foi uma boa audiência, porque deu a largada nesse processo que queremos ver de uma forma mais solidária ser discutido.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Décio Góes, quero cumprimentá-lo pela sua lucidez, lucidez essa que deve pautar o diálogo, o debate e as audiências públicas.

Lamentavelmente, ontem, houve caso de prefeito e de vereador lançar aqui nesta Casa suas campanhas eleitorais. Temos que avaliar a lei eleitoral, porque eles cometeram crime de campanha eleitoral extemporânea; eles fizeram um palanque desta Assembleia Legislativa, ao utilizarem a TVAL. Por isso, temos que ver os pronunciamentos e a legislação, pois enquanto alguns deputados desinformados dizem que é necessário desapropriar a região, que vai atingir área de Marinha ou assim por diante, é preciso que tenhamos serenidade, porque vai atingir a lâmina de água e no máximo o terreno da União.

Portanto, é nessa discussão em fazer com que a audiência pública tenha essa serenidade que v.exa. falou aqui que as coisas vão acontecer, porque ontem, lamentavelmente, houve até associação, depois de todo o processo que foi construído aqui, que tem relação com o nazismo. Democracia, sim, não só da maioria, mas da minoria também.

Eu quero manifestar isso aqui e acho que a sua lucidez e a da sua região vão contribuir com uma solução para esse caso.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - É importante que se diga isso e seja reforçado, porque fomos procurados para ajudar e precisamos ter responsabilidade no que estamos fazendo.

Srs. deputados, também à noite houve uma audiência pública para tratar a questão da Via Rápida de Criciúma, que amanhã eu terei a oportunidade de comentar. Essa reunião foi realizada pela Câmara de Vereadores de Criciúma, e quero parabenizar a iniciativa na busca de um projeto comum...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, srs. deputados, sobre esse debate da reserva extrativista até fiz um aparte ao pronunciamento do deputado Décio Góes, pela sua clareza, sensibilidade, sensatez e bom senso no trato desse tema. Se as comunidades tiverem essa sensatez, iremos preservar o meio ambiente, preservar os pescadores artesanais e vamos desenvolver os municípios e o litoral sustentavelmente. E está claro, é o uso sustentável do terreno. Quem não quer reserva extrativista para preservar os pequenos pescadores artesanais não está preocupado com o meio ambiente, não está preocupado com os trabalhadores, com os pescadores e com o futuro daquela região.

Em segundo lugar, é preciso ter cada vez mais claro que a especulação imobiliária é que está dando o tom da maior parte das cidades do litoral. A especulação imobiliária é que define o crescimento de muitas cidades, e lamentavelmente muitas praias belíssimas vão sendo destruídas ao longo do tempo. Não é a questão dos pescadores artesanais, se há ou não pescador, o que está por trás são interesses econômicos muito bem definidos, muito bem colocados, que escondem por trás o discurso de que não vai desenvolver, não vai atrair turista o não vai ter sustentabilidade uma reserva extrativista.

As lideranças podem trazer gente aqui, podem fazer manobras, trazendo pessoas sem informações suficientes. Até ouvi várias falas, inclusive de parlamentares, sem a informação devida, fazendo avaliação entre reserva extrativista com unidade de conservação, fazendo discurso que não se pode fazer nada! Quantos discursos foram feitos misturando alhos com bugalhos, misturando tudo, reserva extrativista para pescadores, lâmina de água, porque o litoral está privatizado, mas para a grande pesca, para a pesca industrial, porque para o pequeno não dá para reservar. Mas então que os prefeitos de Garopaba e de Imbituba digam: eu defendo os grandes, eu defendo os ricos e não os pequenos. Mas usam os trabalhadores que ganham R\$ 500,00 ou R\$ 1.000,00 para colocar uma camiseta e defender o que não é na sua história o que deveriam defender, porque muitos deles já foram expropriados ao longo da história. Muitos pescadores deixaram de ser pescadores por causa desses grupos econômicos que os excluíram da pesca, com a pesca industrial. Agora, fazem discurso de que eles é que parecem estar certos e que nós é que estamos errados, equivocados. Defender o meio ambiente é estar equivocado, e existe muito ambientalista de cueca por aí que diz que defende o meio ambiente. Defende porcaria nenhuma.

Em nome da natureza, disso e daquilo, é preciso ser mais coerente com esse debate da preservação ambiental. Por isso, esse debate tem que avançar. Os deputados Edison Andriano e Décio Góes trouxeram esse debate com serenidade, com lucidez, e é preciso avançar, porque senão não estaremos sendo sérios neste Parlamento, onde se fala tanto em democracia, mas não se percebe que há um processo sendo construído, e é preciso fazê-lo com serenidade, com responsabilidade, respeitando as nossas lideranças, respeitando profissionais do ministério do Meio Ambiente, e não de forma desrespeitosa, como aconteceu no dia de ontem.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - É só para reforçar essa visão de que aquela região é conhecida como um lugar de ecoturismo. É preciso preservar as paisagens, é preciso preservar as culturas, porque é isso que dá personalidade, que dá graça.

Imaginem o pescador não precisar vender a sua moradia para a especulação imobiliária poder se fixar, mas poder ter a sua pousadinha, poder convidar e cobrar de alguém para pescar junto com ele, prestar esse serviço, oferecer uma vivência e cobrar por isso. Mostrar como é que é a vida de um pescador artesanal. Enfim, existem "n" alternativas que podem ser oferecidas ao nativo, para que não sejam expulsos de lá, transformando a área com *resorts*, hotéis, marinas e outras coisas que a criatividade humana possa inventar, mas que também essa reserva seja um equipamento de atração turística importante para a região. Então, é preciso que se tenha outro olhar, outra análise, para que possamos discutir com mais maturidade esse assunto.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Pedro Uczai, v.exa. tem-se destacado nesta Casa pelo empenho em defender as causas populares, especialmente pelo seu espírito moderado, pelo qual o cumprimento.

Queria aqui saudar, de forma especial, o prefeito Beto Martins, de Imbituba, que tem colocado sempre que precisam ser ouvidas as pessoas de lá, até porque esse litoral, além de pertencer a todos os brasileiros e catarinenses, é também dos moradores e das lideranças de lá.

Por isso, num assunto como esse, quando transformamos uma determinada região em parque, é claro que devem que ser ouvidas todas as pessoas envolvidas, as lideranças também, e é neste sentido que o prefeito Beto Martins e o prefeito de Garopaba têm-se manifestado e às vezes até se exacerbam nas suas colocações, mas o que precisam é ouvir também o seu ponto de vista.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Agradeço o seu aparte. Acho que essa lucidez, essa serenidade temos que promover neste espaço.

Quero falar aqui do evento que participei ontem, da assinatura do convênio do art. 170, porque no ano passado priorizamos a questão, fizemos várias audiências públicas, através da comissão de Educação. Estivemos em Tubarão, Criciúma, Chapeco, Brusque, Xanxerê, Rio do Sul, Joinville, Blumenau e em outras cidades do estado, discutindo sobre o art. 171. Fico feliz porque foi sancionado e a luta deste ano do Parlamento é fazer com que o governo do estado cumpra o art. 171, que poderá chegar a R\$ 50 milhões para o que prevê essa legislação.

Quanto ao art. 170, no ano passado, não propus nenhuma mudança, nenhuma alteração. Já vinha avaliando e agora estou propondo. Com a assinatura do convênio a partir de ontem, estamos propondo pelo menos duas grandes alterações. O projeto original que propus a esta Casa, em que foi regulamentado o art. 170, do qual sou o autor, previa bolsa parcial e integral. Ao longo do tempo os deputados foram propondo alterações e colocando percentuais para bolsa, o mínimo valor para a bolsa. E neste ano o mínimo para uma bolsa ser concedida a um aluno é 50%, portanto, de 50% e de 100%.

Sou contra essa posição aprovada nesta Casa. Permite a um aluno que faz Medicina, numa mensalidade de R\$ 2.000,00, receber 25%. Proponho que as bolsas de estudo sejam a partir de 25%, como é no Proune, agora, 100%, 50% e 20%. Com isso permitiríamos a quatro alunos receber R\$ 500,00 para subsidiarem o seu estudo e não só um ou dois. Ou seja, tem que pulverizar um pouco mais, porque muitos dos alunos não precisam dos 50%, pois 25% seriam suficientes. E sendo suficientes, 25% permitem que mais um aluno possa receber o benefício da bolsa.

Eu dizia sempre: às vezes engessamos a lei e tiramos, inclusive, a autonomia das universidades de legislar sobre a matéria. Tem que ser no mínimo a partir de 25%, porque dá uma condição de democracia, inclusive, de socializar para mais estudantes o direito à bolsa de estudo e não só a bolsas de 50% e 100%. O próprio Proune nasceu de 100% e 50%, e o governo federal, avaliando a realidade do Brasil inteiro, agora estendeu para 25%, porque alguns alunos não precisam de 50% ou de 100%, mas de apenas 25%. Então, é a partir da realidade concreta que temos que fazer política pública.

A segunda posição de mudança que sempre defendi, e fomos derrotados na época aqui, é sobre o trabalho voluntário. Ontem, foram comemorados os dez anos do trabalho voluntário, que é meritório para outras entidades e outras instituições.

A universidade se faz essencialmente pelo processo de ensino, pesquisa e extensão. É preciso acabar com o trabalho voluntário obrigatório nas universidades. Não pode ter consistência essa discussão. É necessário prioritariamente fazer pesquisa e extensão. O aluno se forma num curso superior, ele não precisa fazer trabalho voluntário, deputado Sargento Amauri Soares, ele precisa fazer pesquisa, fazer extensão, para interferir lá na comunidade de forma qualificada e profissional.

São duas mudanças, além de outras, que nós estamos propondo em relação ao art. 170.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o último orador inscrito em Explicação Pessoal, deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, não tive oportunidade antes, mas não poderia deixar de vir aqui para esclarecer à sociedade, através da TVAL, àqueles que assistiram ainda há pouco os discursos dos deputados Joares Ponticelli e Reno Caramori.

Existe Oposição e é importante que exista, mas é preciso ser uma Oposição responsável. Não se pode vir para cá sem conhecimento ou então com denúncia vazia, e foi isso o que aconteceu com o eminente deputado Joares Ponticelli.

Foi concedido R\$ 250 mil para o carnaval de Araranguá! Quer dizer, precisam inventar as coisas faltando com a verdade. Eles vêm neste microfone mostrar para a sociedade uma inverdade. Daqui a pouco acabamo-nos irritando e perguntando por que estão mentindo para a população de Santa Catarina.

O deputado Reno Caramori diz que as prefeituras estão perdendo o dinheiro do Fundo Social. Ele também não tem conhecimento, porque 25% do Fundo Social hoje estão sendo repassados para os poderes, para as prefeituras, no mesmo perfil, no mesmo encaminhamento do ICMS.

O governo do estado está cumprindo a sua missão religiosamente, fazendo com que esse fundo sirva para projetos importantes na questão da saúde, da educação, de projetos sociais, e também vai para as prefeituras, que estão investindo, e

para o esporte, em Santa Catarina. O próprio Falcão, maior jogador do mundo de futsal, disse que Santa Catarina tem o governo que mais investe em esporte amador, que mais investe nos atletas. Esse é o sinal que se o estado está tendo um investimento e ele vai bem, é porque o governo tem competência e termina tendo recursos para investir em alguns setores importantes como esse. Assim, eu não poderia deixar passar essa questão em branco.

Estão estampados em um jornal o Joares Ponticelli, o Hugo Biehl, a Angela Amin, o Esperidião Amin e outros, e não saiu um sorriso. E o deputado João Pizzolatti está retratando algumas situações de desconforto pelo qual está vivendo o PP.

(Passa a ler.)

"O casal teria uma desculpa plausível: a presença do filho na corrida à Câmara, o que poderia criar dificuldades ao longo da campanha, em relação aos demais candidatos do partido ou coligação. Para não serem acusados de estar privilegiando João Antônio, não disputariam, mas se engajariam no processo.

Essa atitude de Esperidião e Angela Amin também poderia ser interpretada como uma reação aos movimentos partidários, que não estariam a hostilizá-los, mas claramente interessados em alijá-los de composições majoritárias.[...]"[sic]

Está aqui, isso é matéria de um colunista famoso, Prisco Paraíso. Ele não está inventando! Eu não inventei a matéria! Não adianta ele se preocupar com Criciúma ou com outras regiões, quando não cuida do seu próprio partido. Se ele é presidente do partido e mora numa cidade chamada Tubarão, que não tem candidato, e ele próprio não é candidato, mostra que o seu discurso não está servindo para nada, é vazio, não tem resposta. A sociedade o elegeu para levar resultados e respostas, mas isso não existe, deputado Elizeu Mattos.

Por isso, fora do processo, não há candidato, e a tendência é morrer por não aceitarem a verdade. Mas ela tem que ser dita, e está aqui estampado. Quando disputaram as eleições, a primeira eleição ao governo, o Joares fez um sorriso de deboche quando eu disse que o Luiz Henrique ganharia como cidadão, pois renunciou à prefeitura. Realmente, ele perdeu no primeiro turno, mas passou para o segundo e ganhou a eleição. Foi agora para a reeleição, a primeira da história de Santa Catarina, disputou e ganhou. Foi para o segundo turno, disputou e ganhou.

Disputaram a eleição aqui em Florianópolis com o Dário e perderam. Foram para a Justiça e perderam também no TSE, quando tentaram buscar o governo na Justiça, no tapetão. E isso mostra que estão desorganizados, que perderam o cheiro do povo e agora estão se justificando para não se candidatar. Tentaram crucificar uma liderança como Dário Berger, com a Operação Moeda Verde. Colocaram o Dário numa pirâmide, mas o tempo se encarregou de esclarecer, e ele passou por cima desses obstáculos. O Dário começou a crescer com muita força, com muito apoio e vai ser o prefeito de Florianópolis. O Dário vai ser o prefeito de Florianópolis.

Por isso, o casal assustado está desistindo da candidatura. E quem está dizendo isso é a esposa do Esperidião Amin, Angela Amin, porque seu filho é candidato. Quer dizer, estão achando uma forma, um meio, de não serem candidatos. Então, o eminente deputado Joares Ponticelli se desespera, porque falam do partido em Criciúma, mas o seu partido não tem candidato lá. Deixaram o partido esvaziar, as lideranças foram expulsas. E um exemplo é o deputado Altair Guidi, grande liderança, que foi expulso do PP e deu no que deu.

Srs. deputados, o eminente deputado Joares Ponticelli não tem coragem de colocar seu nome para ser candidato em Tubarão, porque a situação política é muito complicada. Passou o tempo todo aqui e não apresentou nada para Tubarão, nada! E eu nem sei quantos projetos para beneficiar Tubarão o deputado Joares Ponticelli apresentou nos últimos cinco anos. Acho que não tem nenhum, se há algum, eu não conheço. É claro que quem não trabalha, não luta, não é leal ao seu povo e à sua região, não alcança resultados. Por isso, ficam pulando até Araranguá, entre outros cantos, para ver se conseguem novas bases para tentar uma reeleição.

Srs. deputados, preciso fazer essas considerações para que não façam mais esses discursos levianos que tentam jogar lama em pessoas honradas, em pessoas de bem como o governador Luiz Henrique da Silveira. E hoje, podemos dizer que o governo Luiz Henrique da Silveira e Leonel Pavan tem o apoio popular e é um governo voltado para o povo. E as pesquisas realizadas neste final de semana provaram que apenas 18% são contra essa forma de governar e que o resto é a favor. Parece-me que é um número expressivo, e isso faz as pessoas se desesperar.

Alguns deputados ainda têm o sentimento do povo, mas outros perderam o cheiro do povo, porque enganaram, mentiram, prometeram e não cumpriram. Agora, tem que sentar ali, no banco da Oposição. E é bom que comecem a comprar terno e calça jeans, para não rasgar, porque de outra forma, de muito esfregar no banco, pode rasgar, já que perderam o cheiro do povo e não voltarão mais para o poder. A sociedade catarinense é competente, inteligente, portanto, sabe o que quer, sabe em quem vota e, com certeza, sabe analisar o momento que o governo de Santa Catarina está vivendo, ou seja, crescendo, desenvolvendo, gerando emprego, renda e melhorando a qualidade de vida do povo de Santa Catarina. Esse é o nosso projeto e a nossa luta, ou seja, buscar esse resultado, e estamos buscando a cada momento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Não havendo mais oradores inscritos, esta Presidência dá conhecimento ao Plenário da pauta da Ordem do Dia para a próxima sessão: Projetos de Lei n.s 0355 e 0587.

Antes de encerrar a presente sessão convocamos outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

DESPACHO

ASSUNTO: RECURSOS ADMINISTRATIVO
OBJETIVO: PREGÃO Nº 001/2008
RECORRENTE: ODONTOSUL - Equipamento Odontológico Ltda.
RECORRIDO: Ato do Pregoeiro

DESPACHO

Acolhendo as razões apresentadas pelo Pregoeiro deste Poder, Hélio Estefano Becker filho, designado pela Portaria nº 099/2008, decido não conhecer do Recurso interposto pela em presa ODONTOSUL - Equipamento Odontológico Ltda.; por intempestivo, negando-lhe provimento, bem como, improcedente o pedido na forma de petição. Retornem os autos ao Pregoeiro para prosseguimento do certame.

Publique-se e cumpra-se.

Em, 11 de março de 2008

Dep. JULIO GARCIA

PRESIDENTE

*** X X X ***

MEDIDA PROVISÓRIA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 145/08

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 575

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 51 da Constituição Estadual, comunico a esse egrégio Poder Legislativo que adotei a Medida Provisória inclusa, ora submetida ao exame e deliberação de Vossas Excelências, acompanhada de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Educação, que "Concede Prêmio Educar aos servidores ativos ocupantes dos cargos de Professor, Especialista em Assuntos Educacionais, Assistente Técnico-Pedagógico e Assistente de Educação do Quadro do Magistério Público Estadual e aos Professores admitidos em caráter temporário da Secretaria de Estado da Educação e da Fundação Catarinense de Educação Especial e estabelece outras providências". Palácio Santa Catarina, 12 de março de 2008.

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 13/03/08

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

Exposição de Motivos nº 29

Florianópolis, 12 de março de 2008.

Senhor Governador,

Cumprimentando-o cordialmente, submetemos à apreciação de Vossa Excelência proposta de Medida Provisória que concede o "Prêmio Educar" aos servidores ativos, ocupantes dos cargos de Professor, Especialista em Assuntos Educacionais, Assistente Técnico-Pedagógico e Assistente de Educação, do Quadro do Magistério Público Estadual, e aos Professores Admitidos em Caráter Temporário da Secretaria de Estado da Educação e da Fundação Catarinense de Educação Especial.

Justificamos o pedido considerando que a valorização profissional dos membros do Magistério Público Estadual sempre esteve entre as prioridades administrativas deste Governo, através do investimento na capacitação e no aperfeiçoamento dos professores, buscando o aprimoramento e a melhoria das atividades desenvolvidas na escola, tanto na área técnica quanto na pedagógica. para que haja a plena valorização do profissional é preciso, também, que se considerem as questões salariais. Por isso, para preservar a remuneração do profissional da educação como exclusivo rendimento pelo trabalho que realiza, cria-se, a partir da edição deste Medida Provisória, esta inovadora e importante forma de repasse financeiro. O "Prêmio Educar" consiste no pagamento mensal de verba indenizatória, necessária para que o beneficiário possa custear despesas que possui para bem exercer sua atividade, tais como com a compra de livros, equipamentos e vestuário, frequência a cursos, deslocamentos, comunicação etc.

Além de contemplar a valorização profissional, evidencia, respectivamente, o efetivo trabalho dos professores em sala de aula e da equipe dos setores pedagógico e administrativo na unidade escolar.

Tendo em vista os motivos expostos, e certos da compreensão de Vossa Excelência, aguardamos parecer favorável à proposição ora apresentada.

Respeitosamente,

Paulo Roberto Bauer

Secretário de Estado da Educação

De acordo.

Florianópolis, 12/03/08

Luiz Henrique da Silveira

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 056/08

Estabelece a obrigação aos responsáveis legais pelos estádios e campos de futebol de estampar, em local de fácil visibilidade, os dizeres "Diga não à violência - Paz no Futebol" e dá outras providências.

Art. 1º Os responsáveis legais pelos estádios e campos de futebol localizados no Estado de Santa Catarina estamparão, à sua conta, em local de fácil visibilidade, os dizeres "Diga não à violência - Paz no Futebol".

Parágrafo único - Os dizeres de que trata esta lei deverão ser estampados em placa ou na própria estrutura do estádio, em dimensões mínimas de 10 (dez) metros de comprimento e 1 (um) metro de largura, contendo caracteres de tamanho proporcional, suficiente a propiciar confortável leitura a partir de qualquer ponto das arquibancadas.

Art. 2º Os responsáveis legais pelos estádios e campos de futebol localizados no Estado de Santa Catarina terão o prazo de 30 (trinta) dias a partir da publicação desta lei para tomarem as providências exigidas.

Parágrafo único - O descumprimento desta lei ensejará a aplicação de multa, em favor da Fazenda Pública Estadual, equivalente a R\$ 1.000,00 (um mil reais), sendo aplicada em dobro, sempre que existir precedente, e a mesma será destinada para investimentos no esporte amador no Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Fica a Secretaria de Estado da Fazenda autorizada a receber, assim como destinar os recursos, obedecendo ao seu direcionamento.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04 de março de 2008.

Deputado Manoel Mota

Líder da Bancada do PMDB

Lido no Expediente

Sessão de 13/03/08

JUSTIFICAÇÃO

É importante registrar que foi nos anos de 1992 e 1994 que ocorreu a maior parte dos envoltimentos, noticiados, entre "torcidas", resultando na morte de 12 pessoas, sendo quatro delas em 1992 e oito em 1994. Nesse período, os confrontos passaram a ser constantes e os instrumentos utilizados para defesa e/ou ataque tinham o poder de ocasionar lesões de natureza grave. Os "torcedores" começam a fazer uso de "bombas" e armas de fogo", instrumentos, até então, pouco utilizados nos embates entre "torcidas".

O fato de constatar-se que antes dos anos 90 não havia notícias de inúmeras mortes não significa que os confrontos inexistiam. "As brigas eram na mão e não havia armas"

As novas filiações eram, basicamente, realizadas por jovens entre 12 e 18 anos de idade, atraídos pela vestimenta, força e coesão do grupo, relações verticalizadas, estilo de vida, prazer da violência, enfim pelos aspectos estético-lúdico-simbólicos disponibilizados à massa jovem, intimamente ligado ao modelo de sociedade de consumo instaurado no Brasil.

A violência, verbal e física, traduziu-se em um dos principais códigos e símbolos sociais de agrupamento de jovens em torno das "torcidas organizadas". À medida que os números estatísticos e os atos de agressividade aumentavam, proporcionalmente, cresciam a procura a filiação ao movimento.

Como se explica, a partir dos próprios "torcedores", atos de extrema violência praticados entre "torcidas"? como o ocorrido no dia 24 de fevereiro em Criciúma no estádio Heriberto Hulse no jogo entre Criciúma Esporte Clube e Avaí Futebol Clube, válido pelo Campeonato Catarinense de 2008. Naquela fatídica tarde de domingo, uma bomba

de fabricação caseira lançada por torcedores da equipe adversária e identificados pela Polícia Militar, vitimou gravemente o Sr. Ivo Costa de 62 anos, torcedor do Criciúma Esporte Clube.

No entendimento dos dirigentes, o assustador aumento da violência, além dos argumentos utilizados pelas "autoridades esportivas", tem dois fatores preponderantes: a influência da mídia e os ingredientes do próprio "jogo".

O argumento mais recorrente utilizado por representantes de "torcidas" é que atos de violência podem ser gerados em face de inúmeros fatores intimamente ligados às teias de relações desenvolvidas no evento esportivo, abrangendo desde a estrutura dos estádios até a ação da polícia.

O "torcedor", no modelo "organizado", não é mais um mero espectador do "jogo". No grupo ele é parte do espetáculo, ele é o espetáculo. No grupo ele expressa sua masculinidade, seu sentimento de solidariedade, de companheirismo e de pertencimento em um grupo que o acolhe.

A violência entre "torcidas organizadas" (acrescenta-se aqui o comportamento de inúmeros grupos de jovens) passou a ser uma preocupação social, uma vez que assumiu característica de acontecimento banal, débil e vazio. Na mesma proporção, passou a ser, também, um incômodo aos interesses do evento esportivo.

As explicações que sucederam, restritas à observação dos discursos das "autoridades esportivas" e dos "torcedores", têm ressonância em inúmeras nas justificativas.

Enfim, há um universo de argumentos e todos não são desprezáveis do ponto de vista da análise empírica. No entanto, os argumentos utilizados pelos "torcedores" e "autoridades esportivas" são insuficientes para aflorar aprofundamentos ao entendimento dessa modalidade de violência.

As atitudes e as estratégias explicativas da violência (seja qual for sua natureza) com ênfase apenas no fortalecimento dos mecanismos de "segurança", no direcionamento das ações do poder público ao "disciplinamento" e à "manutenção da ordem social vigente" devem ser, veementemente, refutadas para evitar injustiças e erros, historicamente repetidos.

Não cabe atribuir as causas da violência, exclusivamente, às questões de classe social ou fatores estritamente econômicos. Na composição de uma "torcida" participam pessoas que respondem a processos criminais, estudantes, trabalhadores das mais diversas profissões, pais de família, mulheres, jovens.

Aqui temos pessoas de todas as classes. Temos pessoas que participam de partidos políticos, ricos, pobres, brancos, negros e amarelos. Pode-se dizer que os sócios das "organizadas" são pessoas normais que gostam de futebol, do "barato" promovido pelas "torcidas" e vão aos estádios de futebol pela diversão, pela viagem, pela excitação do "jogo" e, até, pelo prazer de atos de violência.

Não cabe, em igual proporção, pensar a violência entre "torcidas", no caso do nosso Estado.

Na articulação vem-se reforçando a idéia de que a violência não é disjunta da realidade social e que é parte da dimensão real do cotidiano dos espaços urbanos das grandes cidades brasileiras e, consecutivamente, dos grupos de jovens. Portanto, a mola propulsora dessas dimensões sociais, combinadas com uma infinidade de fatores históricos, econômicos e sócio-culturais, ganha efeito pela produção do esvaziamento político do sujeito social.

Nesse sentido, observa-se que os atos de violência transformam-se em um *plus* nesses acontecimentos e circulam além das questões de classe social ou de efeitos do econômico. Ou seja, no novo sujeito social, no caso o "torcedor organizado", o prazer e a excitação gerados pela prática de atos de violência podem ser elementos importantes na interpretação do comportamento juvenil, uma vez esvaziado de sua capacidade de ser sujeito coletivo.

Três aspectos se convergem para justificar e explicar a violência entre "torcidas": a juventude, cada vez mais esvaziada de consciência social e coletiva; o modelo de sociedade de consumo instaurado no Brasil, que valoriza a individualidade, o banal e o vazio; e o prazer e a excitação gerados pela violência ou pelos confrontos agressivos. O que se arrisca, por derradeiro, dizer é que a violência caracterizou-se como parte intensa nas dimensões do cotidiano urbano contemporâneo, em especial dos grandes centros, sendo que uma pista importante, diante da intolerância "da comunidade" esportiva e das "autoridades públicas" ao movimento de "torcidas organizadas", cinge-se na indicação de que a repressão (policial, ilegal, etc) contribui para manter uma "suposta ordem", porém, contribui, também, no deslocamento dessa massa jovem para outros movimentos de busca de prazer e de excitação.

É apresentado este Projeto de Lei, que me dirijo aos nobres Pares, assim somando os nossos esforços, podemos contribuir com o bom e belo futebol Catarinense.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 057/08

Altera o art. 12 da Lei nº 8.391, de 13 de novembro de 1991, que disciplina a admissão de pessoal em caráter temporário sob regime administrativo especial, no âmbito do Magistério Público Estadual e dá outras providências

Art. 1º O art. 12 da Lei nº 8.391, de 13 de novembro de 1991, que disciplina a admissão de pessoal em caráter temporário sob regime administrativo especial, no âmbito do Magistério Público Estadual e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12. A servidora gestante será concedida licença pelo período de 120 (cento e vinte) dias e ao servidor público será concedido a licença paternidade pelo período de 8 (oito) dias. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Deputada Odete de Jesus

Partido Republicano Brasileiro - PRB/SC

Lido no Expediente

Sessão de 13/03/08

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

O projeto de lei ora apresentado pretende alterar o art. 12 da Lei nº 8.391, de 13 de novembro de 1991, que disciplina a admissão de pessoal em caráter temporário sob regime administrativo especial, no âmbito do Magistério Público Estadual e dá outras providências.

Nossa intenção é preencher uma lacuna hoje existente na legislação estadual, onde muitos servidores ACT's que tem a grande oportunidade de ser pai, mas não podem ser agraciados pelo benefício Constitucional, porque o Estado de Santa Catarina até hoje não estendeu esta garantia.

A Constituição Federal em seu artigo 7º, inciso XIX, quanto aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além dos que visem à melhoria de sua condição social, já estabelece a licença-paternidade, que será fixada nos termos da lei.

Logo a Carta Constitucional Catarinense em seu artigo 4º, inciso I, prevê os direitos e garantias fundamentais afirmando taxativamente que o Estado, por suas leis e pelos atos de seus agentes, assegurará, em seu território e nos limites de sua competência, os direitos e garantias individuais e coletivos, sociais e políticos previstos na Constituição Federal e na Carta política Estadual.

O Governo Estadual ao longo destes anos por não ter legislado sobre o assunto, vem apenas cumprindo o que diz o inciso I do citado artigo 4º, que nas omissões do Poder Público que tornem inviável o exercício dos direitos constitucionais serão supridas na esfera administrativa, sob pena de responsabilidade da autoridade competente.

Nossa Constituição Estadual também estabelece os direitos dos servidores públicos, no artigo 27, inciso XIV, que trata da licença paternidade, nos termos da lei.

Por analogia, a legislação estadual prevê o direito a licença paternidade nos seguintes casos:

⇒ art. 29, da Lei n.º 6.745, de 28.12.85, que "Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado.", quando diz:

Art. 29. Sem prejuízo dos seus direitos, o funcionário poderá faltar ao serviço 08 (oito) dias consecutivos por motivo do seu casamento, nascimento do filho, ou falecimento do cônjuge ou pessoa com quem viva e parentes até segundo grau. (grifo nosso)

⇒ art. 154, da Lei n.º 6.843, de 28.07.86, que "Dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina.", quando diz:

Art. 154. Sem prejuízo do vencimento ou qualquer outro direito ou vantagem, o policial civil pode faltar ao serviço até 08 (oito) dias consecutivos por motivo de:

I - casamento;

II - falecimento do cônjuge, pais, filhos e irmãos;

III - nascimento de filho. (grifo nosso)

⇒ art. 210, da Lei n.º 6.844, de 29.07.86, que "Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Estado de Santa Catarina.", quando diz:

Art. 210. Sem prejuízo de seus direitos, o funcionário poderá faltar ao serviço 8 (oito) dias consecutivos, por motivo do seu casamento, nascimento do filho, ou pelo falecimento do cônjuge, pais, filhos e irmãos. (grifo nosso)

⇒ Lei n.º 10.193, de 24.07.96, que "Dispõe sobre a extensão da licença-gestação e da licença-paternidade aos adotantes e dá outras providências."

Já a legislação federal, Lei nº 8.112/90, que "Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais", artigo 102, inciso VIII, alínea "a" e artigo 208.

Art. 102. Além das ausências ao serviço previstas no art. 97, são considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:

(...)

VIII - licença:

a) à gestante, à adotante e à paternidade: (grifo nosso)

Art. 208. Pelo nascimento ou adoção de filhos, o servidor terá direito à licença-paternidade de 5 (cinco) dias consecutivos. (grifo nosso)

A licença-paternidade constitui afastamento considerado como de efetivo exercício para todos os fins e efeitos.

Analisando a matéria que trata do pessoal admitido em caráter temporário (ACT), Lei nº 8.391, de 13 de novembro de 1991, que "Disciplina a admissão de pessoal em caráter temporário sob regime administrativo especial, no âmbito do Magistério Público Estadual e dá outras providências", somente prevê no artigo 12 à servidora gestante a concessão de licença pelo período de 120 (cento e vinte) dias.

É com esse intuito, preencher a lacuna hoje existente e garantir um sagrado direito constitucional do direito a licença paternidade.

Pelo acima exposto, considerando a relevância da matéria, contamos com o apoio dos nobres pares.

Assim, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da matéria.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 058/08

Dispõe sobre a colocação de película ou instrumento que impossibilite a visão do interior dos estabelecimentos financeiros e dá outras providências

Art. 1º Os estabelecimentos financeiros ficam obrigados a instalar película ou material similar em suas portas e janelas de vidro, que impossibilite a visão do interior de suas instalações, em prol da segurança e privacidade de seus clientes.

Parágrafo único. Para efeitos desta lei, entende-se como estabelecimento financeiro os bancos privados e públicos, sociedades ou cooperativas de crédito, associação de poupanças, nas agências, sub-agências, seções, postos avançados, postos 24 horas e caixas eletrônicas.

Art. 2º Os estabelecimentos financeiros tratados no artigo anterior deverão obstruir também a visão de locais que, independentemente sua localização fora das agências, apresentem equipamentos como caixas eletrônicas, postos 24 horas e similares.

Art. 3º Os estabelecimentos financeiros tratados nesta Lei deverão adequar suas instalações no prazo de 90 (noventa) dias, a partir da data de sua publicação.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Odete de Jesus

Partido Republicano Brasileiro - PRB/SC

Lido no Expediente

Sessão de 13/03/08

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

O Projeto de Lei em tela visa garantir a segurança dos consumidores e usuários das instituições financeiras, que muitas vezes sentem-se inseguros para utilizar dos serviços bancários.

Nossa idéia é fazer com que os estabelecimentos financeiros instalem película ou material similar em suas portas e janelas de vidro, para que impossibilite a visão do interior de suas instalações, em prol da segurança e privacidade de seus clientes.

Notadamente, diante do aumento da violência e da criminalidade, acreditamos que essa possa ser uma medida para inibir a visão dos interiores de bancos, financeiras e demais instituições tratadas neste projeto de lei, buscamos assim, diminuir a incidência de assaltos às pessoas que dirigem-se para estes locais.

Busca-se com esta proposição tutelar bens como a vida, a integridade, a segurança e o patrimônio dos clientes e funcionários das instituições ora tratadas, tudo com fulcro em nossas garantias e direitos constitucionalmente previstos.

O parlamento catarinense tem defendido o consumidor com principal objetivo de garantir cidadania para os catarinenses.

Desde 1990, os cidadãos brasileiros contam com um poderoso instrumento de proteção nas relações de consumo: o Código de Defesa do Consumidor. Trata-se de uma grande conquista, que, graças à atuação do Estado e da sociedade civil, vem sendo amplamente difundida, em todos os níveis sociais.

Com a vigência do Código, consumidores e fornecedores começaram a tomar conhecimento das regras jurídicas que disciplinam essas relações.

Assim, o Código de Defesa do Consumidor significa uma verdadeiro convite à sociedade civil para que se organize na proteção e defesa dos seus direitos.

Pelo acima exposto, considerando a relevância da matéria, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da matéria.

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 193, de 14/03/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **EDESIO INERCI MARCELINO**, matrícula nº 5289, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-56, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Edson Piriquito).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 194, de 14/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,

NOMEAR **EDESIO INERCI MARCELINO**, matrícula nº 5289 para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Edson Piriquito).Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 195, de 14/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **JORGE OTAVIO CACHEL**, matrícula nº 5438, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-17, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Edson Piriquito).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 196, de 14/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,

NOMEAR **JORGE OTAVIO CACHEL**, matrícula nº 5438 para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Edson Piriquito).Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 197, de 14/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **MARCOS RICARDO WESSHEIMER**, matrícula nº 5554, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Edson Piriquito).Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 198, de 14/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **JORGE MACUCO JUNIOR**, matrícula nº 2851, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Julio Garcia).Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 199, de 14/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **ANDRE RICARDO CALLAI**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Julio Garcia).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 200, de 14/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **AMANDHA CUNHA DA COSTA**, matrícula nº 5523, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-20, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Valmir Comin).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 201, de 14/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **AMANDHA CUNHA DA COSTA**, matrícula nº 5523, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor de Deputado de Mesa, código PL/GAM-20, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (2ª Secretária).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 202, de 14/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **ELIZABETE RONCHI PEREIRA**, matrícula nº 5605, do cargo Assessor de Deputado de Mesa, código PL/GAM-20, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (2ª Secretária).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 203, de 14/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **ELIZABETE RONCHI PEREIRA**, matrícula nº 5605 para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-29, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Valmir Comin).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 204, de 14/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **RODRIGO DE SOUZA COMIN**, matrícula nº 4795, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-36, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Valmir Comin).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 205, de 14/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **JACKSON DA SILVA SILVEIRA**, matrícula nº 3411, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-02, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Valmir Comin).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 206, de 14/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **ANA PAULA DE SOUZA**, matrícula nº 5553, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Dirceu Dresch).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 207, de 14/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **ANA PAULA DE SOUZA**, matrícula nº 5553 para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-26, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Dirceu Dresch).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 208, de 14/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **VALDECI JOSE DA SILVA**, matrícula nº 4212, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Dirceu Dresch).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 209, de 14/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **SEVERINE DE MACEDO**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Dirceu Dresch).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 210, de 14/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **VERA LUCIA SOARES BALBINOT**, matrícula nº 5606, do cargo Assessor de Deputado de Mesa, código PL/GAM-23, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 14/03/08 (3ª Secretária).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 211, de 14/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **DORIVAL MACHADO**, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor de Deputado de Mesa, código PL/GAM-23, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 14/03/08 (3ª Secretária).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 212, de 14/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

RETIFICAR nos assentamentos funcionais, o nome da servidora GILZA MARIA MOREIRA PEREGRINO FERREIRA, matrícula nº 20930, fazendo constar como sendo **GILZA MARIA MOREIRA**.
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 213, de 14/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

LOTAR **REJANE MARI PALUDO**, matrícula nº 1418, no Gabinete do Deputado Cesar Souza Junior.
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 214, de 14/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *de acordo com o artigo 2º, incisos I, II e III, do Ato nº 234 de 04/12/2007,*

ANTECIPAR o início das férias relativas ao biênio 2008/2009, da servidora **MARIA DA GRAÇA BRASIL CALDAS**, matrícula nº 2360, do dia 02 de janeiro de 2009, para o dia 1º de julho de 2008.
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 215, de 14/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 181, de 12/03/2008, que exonerou o funcionário **GERSON LESSA DA SILVEIRA**, matrícula nº 4076.
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 216, de 14/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 182, de 12/03/2008, que nomeou a funcionária **DANIELA SENSI SPLENGLER**, para exercer em comissão o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa.
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 217, de 14/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

Nos termos do artigo 5º, § único da Lei Complementar nº 36 de 18/04/91, os servidores abaixo relacionados passam a perceber o *Adicional por Tempo de Serviço* sobre seus vencimentos, com vigência e no percentual conforme discriminado:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Rubia Mara Decol	3839	3%	6%	29/02/08	0239/08
Walmor N. C. dos Santos	3309	3%	9%	29/02/08	0241/08
Nara Patricia Ramos Cordeiro	3317	3%	9%	29/02/08	0242/08
Denise Videira Silva	1818	3%	30%	29/02/08	247/08
Roger Luiz Siewerdt	2756	3%	15%	29/02/08	248/08
Celita Pinto Fortkamp	1811	3%	30%	29/02/08	249/08

Dulcineia Maria Goulart	1814	3%	30%	01/03/08	250/08
Simone Marçal Alves	1809	3%	30%	01/03/08	252/08
Luciano Serpa	1806	3%	30%	01/03/08	253/08
Eliane da Cunha Achar	1508	3%	36%	29/02/08	254/08

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 218, de 14/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

Nos termos do artigo 5º, § único da Lei Complementar nº 36 de 18/04/91, os servidores abaixo relacionados passam a perceber o *Adicional por Tempo de Serviço* sobre seus vencimentos, com vigência e no percentual conforme discriminado:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Rose Mary Paz Padilha	3307	3%	9%	29/02/08	243/08
João Dal Pont	3308	3%	9%	29/02/08	244/08
Santina Marafon	3242	3%	9%	01/03/08	246/08
João Antônio da Silva	0972	3%	36%	01/03/08	293/08

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 219, de 14/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

Nos termos do artigo 5º, § único da Lei Complementar nº 36 de 18/04/91, os servidores abaixo relacionados passam a perceber o *Adicional por Tempo de Serviço* sobre seus vencimentos, com vigência e no percentual conforme discriminado:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Jose das Neves Filho	2170	3%	24%	02/03/08	289/08
Fernanda S. V. Guimarães Torres	1825	3%	30%	01/03/08	290/08
Mauro C. Ferreira da Silva	1805	3%	30%	29/02/08	291/08
Maria Angela da A. Bortoluzzi	0984	3%	36%	04/03/08	292/08
Nivaldo Cesar Senes Santos	0962	3%	36%	01/03/08	295/08
Noeli Terezinha Livi	0961	3%	36%	01/03/08	296/08
Valter Euclides Damasco	0947	3%	36%	02/03/08	298/08

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 220, de 14/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **PAULO CESAR TERRIBELE**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Dirceu Dresch).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 221, de 14/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **NEUSETTE DAS GRACAS WOLFF SUDA**, matrícula nº 5531, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-23, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Clezio Salvaro).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 222, de 14/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **ZULMIRA DAGOSTIM BACIS**, matrícula nº 3958, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Clesio Salvaro).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 223, de 14/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **CLEOMARA TERESINHA ANHALT**, matrícula nº 2431, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-49, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Clesio Salvaro).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 224, de 14/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **IGOR BATISTA MONTEIRO RAFAEL**, matrícula nº 5608, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-16, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Clesio Salvaro).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 225, de 14/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,

NOMEAR **IGOR BATISTA MONTEIRO RAFAEL**, matrícula nº 5608 para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-36, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Clesio Salvaro).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 226, de 14/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,

NOMEAR **ADILOR GUGLIELMI**, matrícula nº 3237, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-68, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Clesio Salvaro).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 227, de 14/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,

NOMEAR **NEUSETTE DAS GRAÇAS WOLFF SUDA**, matrícula nº 5531 para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-30, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Clesio Salvaro).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 228, de 14/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **RODRIGO HERMES LUZ**, matrícula nº 5112, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-39, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Julio Garcia).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 229, de 14/03/08

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,

NOMEAR **RODRIGO HERMES LUZ**, matrícula nº 5112 para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Julio Garcia).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 230, de 14/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,

NOMEAR **MARILDA DA SILVA MANENTI**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 17/03/08 (Deputado Narcizo Parisotto).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 231, de 14/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 127, de 03/03/2008, que nomeou o funcionário **EDESIO INERCI MARCELINO**, para exercer em comissão o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-56, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa.

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 232, de 14/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 193, de 14/03/2008, que exonerou o funcionário **EDESIO INERCI MARCELINO**, matrícula nº 5289.

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 233, de 14/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

Nos termos do artigo 5º, § único da Lei Complementar nº 36 de 18/04/91, os servidores abaixo relacionados passam a perceber o *Adicional por Tempo de Serviço* sobre seus vencimentos, com vigência e no percentual conforme discriminado:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Valdir Machado dos Santos	3036	3%	12%	29/02/08	0245/08
Ronaldo Rolnei Souza	0967	3%	36%	01/03/08	0294/08

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***